

**Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Humanidades  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável**

*Original*

**ANÁLISE E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO  
E EMANCIPAÇÃO (AUTO-SUFICIÊNCIA) NOS  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO P.A  
CHICO MENDES**

**JOÃO VIDA DE SOUZA NETO**

**Campina Grande – PB  
2007**

**ANÁLISE E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO  
E EMANCIPAÇÃO (AUTO-SUFICIÊNCIA) NOS  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO P.A  
CHICO MENDES**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Desenvolvimento  
Rural Sustentável – CEDRUS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande – PB, como requisito para  
obtenção do grau de especialista em  
Desenvolvimento Rural Sustentável,  
sob orientação do professor ~~Pablo~~  
~~Sidersky~~ *Nevo*

Campina Grande – PB  
2007



S729a Souza Neto, João Vida de.  
Análise e execução do Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) nos assentamentos de reforma agrária: o caso do P.A. Chico Mendes. / João Vida de Souza Neto. - 2007.

95 f.

Orientador: Professor Dr. Paulo Décio de Arruda Mello.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável.

1. Programa de Consolidação e Emancipação. 2. Assentamentos da reforma agrária. 3. Desenvolvimento territorial sustentável. 4. Assentamento Chico Mendes - RN. 5. Touros - RN - Assentamento Chico Mendes. 6. Território do Alto Sertão Alagoano. 7. Desenvolvimento territorial. 7. Territórios - RN. 8. Sociologia rural. I. Título. II. Mello, Paulo Décio de Arruda

CDU: 316.334.55(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

## Resumo

Este trabalho propõe uma pesquisa qualitativa a analisar a execução do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária, o caso “Chico Mendes”, localizado na zona rural do município de Touros, no Rio Grande do Norte, município integrante do Território do Mato Grande. No Estado foram priorizados 06 territórios rurais pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA para implementação das ações do PTDRS: Território Açu-Mossoró; Mato Grande; Borborema Potengi; Borborema Trairi; Seridó e Sertão do Apodí. Consiste numa análise das mudanças nas condições da qualidade de vida das famílias beneficiadas, identificando as dificuldades e potencialidades do Programa e seus reflexos para a estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Para o levantamento dos dados e organização das informações, foram utilizados documentos institucionais, visitas “in loco” e a realização de entrevistas. Como resultados alcançados, temos um quadro da proposta de consolidação e emancipação do Programa para o assentamento; das mudanças, dificuldades e potencialidades a partir da sua implantação; e cenário futuro possíveis para a re-organização e planejamento das ações e projetos a serem realizados no assentamento.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Consolidação e Emancipação.

## Apresentação

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa de conclusão de curso, parte integrante do programa do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA/Governo Federal, em convênio com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (Paq. Tc. - PB) e em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/Universidade Camponesa – UC.

Constitui-se em uma análise a partir da pesquisa-ação do estudo de caso do assentamento “Chico Mendes” acerca das mudanças nas condições de vida das famílias, a partir da execução do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC/INCRA/MDA/Governo Federal, no período de dezembro de 2005 a outubro de 2007.

A finalidade desta pesquisa é identificar as dificuldades e potencialidades do PAC e seus reflexos na estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Neste sentido, esta pesquisa tem um caráter de intervenção social, uma vez que poderá contribuir para o debate do paradigma do desenvolvimento territorial.

## Introdução

O presente trabalho constitui-se numa análise acerca da execução do PAC e as mudanças nas condições da qualidade de vida das pessoas no Assentamento Chico Mendes, localizado no município de Touros, município integrante do Território do Mato Grande/RN.

Está organizado em 03 (três) capítulos. No primeiro, apresentamos um esboço da trajetória do desenvolvimento sustentável. Procuramos identificar como os movimentos e organizações sociais em defesa da sustentabilidade surgiram e quais foram suas contribuições para a proposta de desenvolvimento sustentável. É importante compreender a preocupação com o desenvolvimento nas suas dimensões da sustentabilidade, e suas reais implicações para as gerações futuras.

A partir dessa abordagem, resgatamos a história do Desenvolvimento Sustentável - DS no Brasil contextualizando o cenário nessa perspectiva. No desenvolvimento sustentável, enfatizamos o desenvolvimento na perspectiva e contribuições da ruralidade para a construção de políticas públicas voltadas para o rural. Neste itinerário, estudamos o Nordeste para identificar o problema da migração para outras regiões do país, ocasionado pelos problemas de concentração de terras e de renda, aliado aos problemas da seca, além de conhecer os planos de desenvolvimento que surgiram na tentativa de melhorar as condições de vida da população no Rio Grande do Norte -RN. O Estado foi palco de elaboração de planos de desenvolvimento, recentemente foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte, além de outros que já foram realizados, incorporando todos os municípios do Litoral Norte<sup>1</sup>. Finalizamos com a apresentação, caracterização, contextualização e composição do Território do Mato Grande, situando o território na discussão do paradigma do Desenvolvimento Territorial.

O segundo capítulo resgata a trajetória da reforma agrária no mundo, no Brasil, no Nordeste e no Rio Grande do Norte para que se possa entender a luta e conflitos que deram

origem aos assentamentos rurais. Essa reconstrução procurou contextualizar a questão agrária no sentido de compreender as dificuldades enfrentadas para construir o cenário dos assentamentos rurais e a elaboração e execução de políticas públicas. Situar o Assentamento Chico Mendes, como campo de exploração da pesquisa.

O terceiro capítulo mostra a concepção do Programa de Consolidação de Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC e sua proposição para o Assentamento Chico Mendes, seguido de uma análise e reflexão da implantação e execução do PAC no assentamento, abordando as mudanças nas condições da qualidade de vida das famílias assentadas, além de identificar as dificuldades e potencialidades do Programa.

### Aspectos Teóricos Metodológicos

O estudo do caso “Chico Mendes” é um objeto de pesquisa. A importância do estudo de caso está associada ao objetivo de investigar e analisar situações concretas através de uma determinada situação inserida num cenário social e num contexto específico (Haguette, 1987 e Triviños, 1987). Sendo assim, a pesquisa realizada dentro dessas condições, a análise é capaz de fornecer informações acerca das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores externos e internos, ideológicos, culturais, das relações de forças e das representações sociais existentes (Neves, 1985).

Para Alencar (1996), o estudo de caso consiste no exame de um conjunto de ações em desenvolvimento, buscando mostrar como os referenciais teóricos se manifestam nestas ações, podendo causar ilusões generalizadas que foram pré-estabelecidas e aceitas. Assim, as interpretações ganham novos significados, modificando o rumo dos contextos.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizamos os procedimentos de uma revisão de literatura acerca dos temas a serem abordados, para conhecimento da questão. Os referenciais teóricos, embora com limitações diante do tempo para a pesquisa, foram de grande importância como ponto de partida e reflexão e constituiu a primeira etapa e a mais longa do processo da pesquisa.

Todo trabalho científico deve conter as premissas ou pressupostos teóricos sobre as quais o pesquisador fundamenta sua interpretação. Esta se desenvolveu naturalmente, dentro de um universo teórico, intencionalmente escolhido.

Neste sentido, abordamos os temas relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Consolidação e Emancipação. Esta etapa foi fundamental, a partir da sua execução, foi possível balizar os passos para o trato de temas tão amplos. Dentro do possível, as questões relacionadas aparecem dentro de um processo

histórico, a nível global, nacional e local. Ressaltamos que a fundamentação teórica não se deteve a um capítulo, como também nos demais.

Procedemos ao levantamento de informações abordando: concepção, contexto histórico e geográfico, conjuntura política, dificuldades enfrentadas, implantação e implementação nas diversas regiões do país; no INCRA e demais instâncias no intuito de viabilizar todo material necessário ao trabalho. Para tanto, foram feitos contatos com técnicos responsáveis pelo Programa em Natal/RN e em Brasília/DF.

Para o levantamento de dados e organização das informações, foram utilizadas observações "in loco", além de fontes secundárias, acerca do Assentamento Chico Mendes, como: (1) O Plano de Consolidação do Assentamento – PCA, que é um documento que contém informações (diagnóstico e planejamento) sobre o assentamento e apresenta projetos e ações (infra-estrutura social, infra-estrutura produtiva, assistência técnica e social e capacitação). (2) O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte, que é um instrumento de avanços e consolidação que explicita uma estratégia geral de políticas e programas prioritários, contemplando a formulação de uma metodologia de planejamento e um modelo de gestão, como também a identificação de programas e projetos passíveis de financiamento. Este plano exigiu a concepção do desenvolvimento sustentável, que pressupõe visão de longo prazo e processo participativo para definição e promoção das mudanças, no que se refere a equidade social, intra e entre gerações, além do desenvolvimento. (3) O Estudo Propositivo do Território do Mato Grande, constituiu-se de uma análise de dados e informações com base nos aspectos sociais, econômicos e produtivos relevantes para a sua dinamização econômica. Foi oriundo da necessidade de obter informações acerca da estrutura territorial do país. (4) Outros documentos foram utilizados, como: documentos institucionais, relatórios, publicações de diários oficiais, contratos e

convênios, normas e leis consultados pela internet, conforme podem ser observados no rol das referências bibliográficas.

Definido o objeto da pesquisa, os trabalhos de campo se deram a partir de visitas ao assentamento para apresentação da pesquisa. Na seqüência das visitas, teve início a coleta de dados para aprofundamento e organização das informações.

Para o trabalho de campo, além da coleta de dados e organização das informações, foi necessária a realização de entrevistas. A partir daí, elaboramos um roteiro a ser aplicado com as famílias assentadas.

Segundo Haguette (1997), a entrevista é definida como um processo de interação social entre duas pessoas ou mais, na qual o entrevistador tem por objetivo obter informações por parte dos/as entrevistado/as. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela, os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados.

Para realização das entrevistas<sup>2</sup>, buscamos aquela que se pudesse contemplar uma discussão de forma mais ampla, coletiva, de aprofundamento do tema proposto, ao mesmo tempo em que seguisse um roteiro de questões para nortear a discussão e obter os resultados necessários. Dessa forma, sugerimos entrevistas semi-estruturadas, coletivas, e também individuais, com o apoio de um roteiro de questões previamente elaborado.

As entrevistas abertas - semi-estruturadas - e a observação direta funcionaram como um instrumento de coleta de informações. Foram baseadas em um roteiro de questões e conduzidas de maneira a não provocar desconforto no/a entrevistado/a. Destacaram-se os

seguintes tópicos: (1) o entendimento sobre o PAC (2) consolidação e emancipação; (3) independência do assentamento; e (4) mudanças nas condições da qualidade de vida.

Foram realizadas duas entrevistas coletivas e uma individual, de forma a explorar 02 (dois) momentos. O primeiro teve como objetivo identificar as dificuldades e potencialidades do programa, a partir do conceito de consolidação, emancipação e auto-suficiência do programa. O segundo momento foi identificar as mudanças durante a execução do programa, no que se refere às condições na qualidade de vida das famílias.

Para participar das entrevistas, selecionamos e convidamos representações do assentamento, com a ajuda e indicação de uma informante. As pessoas indicadas foram selecionadas a partir dos critérios de participação em reuniões, os membros da diretoria atual e anterior, da comissão de licitação, de lideranças comunitárias, de mulheres e jovens. Na ocasião foram atualizados alguns dados referentes ao programa que oportunizou aos entrevistados/as uma visão mais detalhada do PAC. As entrevistas ocorreram em duas visitas ao assentamento. A primeira no dia 11 e a segunda no dia 13, ambas no mês de outubro de 2007.

Sendo assim, no presente trabalho, utilizamos três momentos especialmente estratégicos que contribuem para a pesquisa-ação, como diz Roberto Cardoso de Oliveira em “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever”, entendendo como os atos cognitivos disciplinados à forma mais própria das ciências voltadas para a construção da teoria social. O Olhar e o Ouvir se constituem da percepção da pesquisa empírica, enquanto o Escrever é a expressão do pensamento. Com base nesses atos é que trataremos o trabalho da pesquisa com disciplina a partir da observação para a textualização, a indispensável interação na reflexão.

Neste sentido, na observação direta é preciso estabelecer um distanciamento para o que nos é simpático. Gilberto Velho menciona duas questões a tratar: a distância social e a distância psicológica. Da Matta defini com propriedade de transformar o “Exótico em familiar

e o familiar em exótico”. É preciso refletir sobre essa distância relativa da noção de familiar e exótico, no que se refere às experiências do cotidiano. De qualquer forma, a escolha pelo familiar como tema da pesquisa-ação se deu da preocupação em perceber as transformações sociais como resultado do cenário das grandes decisões conjunturais.

## Capítulo I: Desenvolvimento Territorial

A partir do século XX começou-se a perceber em nível planetário a intensificação da degradação ambiental e suas conseqüências em termos de impactos ambientais, o que originou estudos e as primeiras reações internacionais no sentido de se conseguir soluções para o controle e a minimização dos danos ao meio ambiente.

Os estudos e diagnósticos ambientais demonstravam que a degradação ambiental é resultado principalmente do uso inadequado dos recursos naturais e das relações desequilibradas entre a sociedade e a natureza. O amadurecimento das idéias ambientais ao longo do século XX resultou na consolidação da noção de Desenvolvimento Sustentável, no qual haveria uma integração entre preocupações sociais, econômicas e ecológicas.

Durante os primeiros anos de sua criação, em 1945, a Organização das Nações Unidas – ONU não tinha uma preocupação com a questão ambiental, entre os temas de discussão se destacavam a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo. A comunidade internacional preocupou-se com o desenvolvimento do planeta a partir da década de 1960, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação ao meio ambiente. Essas discussões ganharam tamanha proporção e intensidade que levaram a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972). A “Declaração de Estocolmo” conhecida como “Declaração sobre o Meio Ambiente”, esta foi resultado de um estudo do Clube de Roma, denominado: Limites do crescimento.

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs<sup>3</sup>. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Os debates em torno do ecodesenvolvimento abriram espaço ao conceito de DS.

No ano de 1980 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou um documento intitulado: Uma estratégia mundial para a conservação.

A ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que tinha como objetivos reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado "Our Common Future", mais conhecido por relatório "Brundtland"<sup>4</sup>. O relatório definia o DS como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias. O relatório não apresenta críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores. Demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO<sub>2</sub> e não assinou a convenção sobre a biodiversidade. Essa conferência foi chamada de "Cúpula da Terra" que teve a participação de 179 países e 102 chefes de Estado e Governo, ficou também conhecida como ECO-92 ou RIO-92. Entre os temas tratados, se destacaram: arsenal nuclear, desarmamento,

guerra, desertificação, desmatamento, crianças, poluição, chuva ácida, crescimento populacional, povos indígenas, mulheres, fome, drogas, refugiados, concentração da produção e da tecnologia, tortura, desaparecidos, discriminação e racismo.

A CNUMAD produziu importantes documentos, dentre eles se destaca a Agenda 21<sup>5</sup>, que foi construída com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo de dois anos e culminou com a realização da Conferência, no Rio de Janeiro, em 1992. Trata-se de um volume de 40 capítulos com mais de 800 páginas, um detalhado programa de ação para o meio ambiente e desenvolvimento.

Paralelamente à Conferência da ONU, ocorreu o Fórum Global 92, promovido pela sociedade civil, onde participaram mais de 10.000 representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG's).

No ano de 1997, foi realizada a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão, que teve como resultado o Protocolo de Kyoto, após discussões que se estendiam desde 1990. A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências em relação ao aquecimento global. O documento estabelece a redução das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que responde por 76% do total das emissões relacionadas ao aquecimento global, e outros gases do efeito estufa, nos países industrializados. Os signatários se comprometeriam a reduzir a emissão de poluentes em 5,2% em relação aos níveis de 1990. A redução seria feita em cotas diferenciadas de até 8%, entre 2008 e 2012.

A Carta da Terra (em anexo) fez parte dos assuntos não-concluídos da Cúpula da Terra durante a RIO-92, no entanto não houve consenso entre os Governos, pois o texto não estava suficientemente maduro, em seu lugar adotou-se a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1994, a Cruz Verde Internacional e Conselho da Terra, apoiadas pelo Governo Holandês, assumiram o desafio de elaborar uma Carta da Terra.

Sob a coordenação de Maurice Strong (ONU) e Mikhail. Em 1997, foi formada a Comissão da Carta da Terra. Nos anos de 1998 e 1999, Gorbachev (Cruz Verde Internacional) redigiu o 1º esboço da Carta da Terra. Em 1999, Steven Rockefeller escreveu o 2º esboço. A versão final da Carta foi aprovada pela Comissão numa reunião celebrada na sede da UNESCO, em Paris, nos dias 12 a 14 de março de 2000.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um chamado a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História.

As Organizações Não-Governamentais (ONG's) são cada vez mais reconhecidas como promotoras das ações que integram o DS. Elas se multiplicam em todo o mundo e mostraram sua força na RIO-92, e continuam demonstrando capacidade na realização de outras ações como os dois encontros do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2001 e 2002.

### **Do Desenvolvimento Sustentável**

O princípio do DS está intrinsecamente ligado à possibilidade de que os resultados obtidos no processo tenham um caráter permanente, preservando a capacidade produtiva dos recursos naturais, potencializando seus efeitos sobre a criação e distribuição de renda e de ocupações, assegurando apoio político suficiente que possibilite a garantia de continuidade das ações e de seus resultados sobre o bem-estar social, econômico, ambiental e da qualidade de vida da população.

Para Carlos Julio Jara (1998, pg. 33), o DS refere-se aos processos de mudanças socio-política, socio-econômicas e institucionais que visam assegurar a satisfação das

necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico, e que, além disso, sejam compatíveis com as circunstâncias de educação e conservação ambiental a longo prazo.

O DS é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. O DS envolve dois conceitos-chave: O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades.

A partir da definição de DS, podemos perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto das atividades econômicas no meio ambiente, se refere, principalmente, às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, atualmente e no futuro. Atividade econômica, meio ambiente e justiça social formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de DS. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige uma conscientização dos organismos internacionais.

A situação de vulnerabilidade das sociedades, mudanças de clima, crescimento populacional, perda de diversidade biológica e cultural, pobreza e desigualdade, tende a aumentar as dificuldades de sobrevivência da vida humana, dos ecossistemas planetários e das próprias estruturas para o convívio humano. Com o crescimento desordenado da população e das atividades econômicas, tendem a destruir os recursos naturais existentes e, conseqüentemente, agressão ao meio ambiente, ocasionando uma lesão das possibilidades de sobrevivência, comprometendo a qualidade de vida da população. O efeito estufa<sup>6</sup> é um exemplo do uso desordenado dos recursos naturais e suas conseqüências ao meio ambiente.

Para tornarmos realmente eficaz uma proposta de DS, é preciso se despir dos maus hábitos e conceitos que criamos ao longo da civilização, através das culturas, e caminhar por mudanças estruturais, indo além do convencional, buscando uma conciliação dos preceitos do desenvolvimento econômico e social, pautado nos princípios da preservação e conservação ambiental e nas leis naturais.

O DS está pautado num modelo de mudanças, onde os processos promovem oportunidades de crescimento econômico, igualando a suficiência material que permita melhorar a qualidade de vida da população, a equidade como princípio da redistribuição e da justiça, e à simetria geoambiental como solidariedade entre as gerações tanto do presente quanto do futuro.

O desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico, aumento da produção e a melhoria na qualidade de vida da população. Desenvolvimento é, antes de tudo, mudança social e política, assim o DS não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança.

O DS é uma aspiração que tem guiado os mais diferentes países na atualidade. O Brasil tem se integrado a esse esforço mundial, tendo elaborado, sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI, além de outras iniciativas que são produzidas como o desdobramento da Conferência Rio ECO 92, como a Carta da Terra.

A partir da Constituição de 1988, os governos municipais passaram a ter um peso mais importante no total das receitas e das despesas públicas. Essa participação dos municípios nos investimentos locais mostra o surgimento de um "novo" agente na definição e na implantação de políticas e programas governamentais focalizados setorialmente,

possibilitando a construção de novos arranjos institucionais no planejamento regional e sub-regional.

Como conseqüências desse novo marco constitucional, surgiram os conjuntos de instrumentos legais para promover, de forma autônoma e descentralizada, processos locais de desenvolvimento sócio-econômico, ambiental, cultural e institucional. Essa autonomia significa que o município tem capacidade para se auto-organizar, para elaborar sua própria legislação em áreas definidas, bem como para se auto-administrar. Simultaneamente com a crise fiscal e financeira do setor público, ocorreu um processo de descentralização que passou a beneficiar, em termos da distribuição da receita pública, as esferas estadual e municipal, em detrimento da esfera federal. E isso poderia se traduzir numa oportunidade histórica para construir um novo tipo de sociedade, partindo de um imaginário orientado pelos princípios da sustentabilidade.

A tomada de consciência em torno desse modelo levou alguns Governos a cumprir compromissos assumidos junto à população e estabelecer mecanismos dirigidos a proteger os cidadãos das inseguranças resultantes, na procura de algum grau de credibilidade que permita recuperar o controle social, gerando governabilidade. O novo discurso político coloca o homem como parte essencial do processo de desenvolvimento, na sua condição de cidadão.

Nesse contexto, as ONG's e os movimentos ambientalistas, desenvolvem intensa e crescente mobilização com respeito ao uso irracional dos recursos naturais, avaliando os processos e pressionando não só pela ampliação e aprofundamento do debate, incorporando questões vinculadas ao destino da sociedade, mas reforçando a consciência de novas formas de atuação e práticas sustentáveis voltadas para ativar o desenvolvimento. Assim, a dimensão ambiental passa a fazer parte essencial da agenda de políticas públicas e da sociedade, em seu conjunto.

Dessa forma, originou-se a busca de uma alternativa ao conceito linear e economicista de planejamento, construindo-se um referencial teórico de DS. Os processos de democratização estimularam a implementação de metodologias de planejamento participativo, integrando o processo político da tomada de decisões com a racionalidade técnica e as demandas culturais. A lógica territorial aparece como ordenadora das diversas dinâmicas, criando espaços locais de negociação, envolvendo uma diferenciada gama de atores sociais e institucionais. Isto possibilita a implementação de várias experiências no Nordeste.

Os princípios do Desenvolvimento Rural Sustentável baseiam-se no desenvolvimento dos aspectos econômicos e sociais de uma localidade, isso torna-se possível através da integração harmônica de um planejamento de políticas públicas aliada a flexibilidade das ações, seguido de acompanhamento técnico especializado de forma a assegurar o avanço da zona rural.

O desenvolvimento rural<sup>7</sup> e da sustentabilidade constitui um processo que tem como referência para o desenvolvimento a abordagem do local, numa estratégia de convivência com a denominada "globalização". Atualmente é uma nova dinâmica das relações sociais de trabalho e de produção no espaço rural, na tentativa de mudar o modo de produção, o emprego e a exploração agrícola.

O Brasil é um dos países com maior desigualdade na distribuição de renda do mundo, a renda média dos 20% mais ricos representa mais de 30 vezes a renda média dos 20% mais pobres, contrastando com a grande maioria dos países onde essa razão é inferior a 10%. O problema rural brasileiro é, também, um dos mais graves do mundo. No ano de 1960, aproximadamente 60% da população brasileira vivia na zona rural, atualmente 80% vive em regime urbano. O êxodo rural provoca a miséria e o inchaço das grandes cidades; nos grandes centros urbanos, a violência, a marginalização, a pobreza, a degradação ambiental, a falta de

moradia etc. Esses são resultados conhecidos no Brasil e no mundo e são decorrentes da inexistência de infra-estrutura capaz de sustentar o contingente populacional migrante.

Em termos populacionais, o sertão nordestino possui o maior adensamento populacional em região de semi-árido do mundo com quase 18 milhões de habitantes, 20 habitantes por km<sup>2</sup>. A sua sobrevivência é basicamente de uma agricultura insipiente, de um extrativismo vegetal pobre, e de uma pecuária insuficiente.

A região semi-árida do Brasil<sup>8</sup>, também conhecida como Polígono da Seca, compreende uma extensa área territorial, com aproximadamente um milhão de km<sup>2</sup>, abrangendo a maior parte de todos os estados nordestinos e o norte de Minas Gerais. O semi-árido brasileiro apresenta clima seco e quente, pouca chuva e má distribuição durante o ano, alto índice de evaporação e salinidade, uma vegetação típica, rios temporários e secas periódicas.

A Região Nordeste é uma região do Brasil com 1.558.196 km<sup>2</sup> de área e possui 51.609.027 habitantes. É curiosamente um pouco maior que o estado do Amazonas, com cerca de 1.577.000 km<sup>2</sup>, e é a terceira região em área do Brasil. A região possui 30.998.109 eleitores (IBGE/2002), o segundo maior colégio eleitoral do país, perdendo apenas para o Sudeste. É a região brasileira que possui a maior quantidade de estados, são nove a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Na história da Migração no Brasil, destaca-se a Migração Nordestina, devido ao auge da industrialização: entre as décadas de 60 e 80, ocorreu a migração nordestina para a região sudeste (ver mapa abaixo), em especial para o estado de São Paulo, que se torna a "terra das oportunidades".



Entre as décadas de 80 e 90 o fluxo migratório para o Sudeste diminui, surgem também as migrações para a região do Distrito Federal e para o Estado do Amazonas (ver mapa abaixo).



Com o atrativo das grandes estruturas das outras regiões do Brasil, somado com os problemas que surgiram nas grandes cidades por causa da superpopulação, a migração nordestina diminuiu consideravelmente, apesar do Rio de Janeiro e São Paulo continuarem sendo importantes pólos de atração.

Devido à enorme desigualdade de renda, à grande concentração fundiária e ao problema da seca no Sertão Nordestino, o Nordeste foi durante muito tempo e especialmente na segunda metade do século XX uma região de forte repulsão populacional. Devido à grande oferta de empregos em outras regiões, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80, a migração nordestina tem sido destaque na dinâmica populacional brasileira, em especial na Sudeste.

Na década de 1990, devido às crises econômicas e à saturação dos mercados de várias grandes cidades, a oferta de empregos diminuiu, a qualidade da educação piorou e a renda continuou sendo mal distribuída, fazendo com que a maioria dos nordestinos que haviam migrado, fugindo da miséria, e seus descendentes continuassem com estrutura de vida precária. Por causa da visão espelhada nas décadas anteriores, o ideal imaginário que se formou em relação à região Sudeste é da promessa de uma qualidade de vida melhor, de fácil oportunidade de empregos e salários mais altos, entre outros; iludido por esse sonho, acaba encontrando o contrário, além de sofrer, não raro, preconceito social no dia-a-dia.



A partir dos anos 80 registrou-se um progressivo esvaziamento dos trabalhos de planejamento em escala regional, como resultado da crise financeira do Estado brasileiro e do processo de reforma e enxugamento desse mesmo Estado, principalmente na esfera federal.

Apesar dessas circunstâncias terem continuado nos anos 90, foi possível iniciar novas e importantes experiências de desenvolvimento regional e sub-regional, a partir de meados da mesma década. Nos anos de 1993/1994, o Nordeste foi objeto de um conjunto de estudos sobre potencialidade e fragilidades do desenvolvimento regional, tanto em termos setoriais, como espaciais.

Reconhece-se que boa parte dos resultados positivos decorrentes das experiências mais recentes parecem depender dos processos de planejamento que possibilitaram a

formulação de projetos baseados no aproveitamento das potencialidades peculiares de cada área. A organização produtiva desses espaços tem sido realizada a partir da integração de atividades produtivas no quadro dos novos paradigmas do desenvolvimento econômico, os setores, sub-setores e ramos econômicos.

O Estado do Rio Grande do Norte possui 3.003.087 habitantes, concentrando 2.202.764 na área urbana, significando 73,35% de sua população total. Observa-se que a população rural do Estado, que até a década de 70 era superior à urbana, atualmente equivale somente a 26,65%. Enquanto a população urbana quase triplicou nos últimos 30 anos, a rural foi reduzida de 812,9 a 740,1 mil habitantes no mesmo período. A série histórica revela uma migração crescente campo-cidade a partir de 1970, sendo que no período 1991-2000 esse fenômeno ocorreu de forma mais lenta, provavelmente em decorrência dos programas de assentamento rural, que incentivam e viabilizam a permanência do homem no campo.

A Região Metropolitana de Natal abriga 1.265.658 habitantes em 10 municípios, representando 37,57% da população total do Estado. Com características tipicamente urbanas, a região constitui o principal pólo industrial e de serviços, concentrando inclusive as atividades administrativas, uma vez que inclui entre seus municípios, a capital do Estado.

O Estado do Rio Grande do Norte localiza-se na esquina do continente sul-americano, ocupando posição privilegiada em termos de localização estratégica, pois trata-se do Estado brasileiro que fica mais próximo dos continentes africano e europeu. Com uma extensão de 53.077,3 km<sup>2</sup>, o Estado ocupa 3,41% de área da Região Nordeste e cerca de 0,62% do território nacional.

As transformações sócio-econômicas que o RN tem experimentado como consequência do contexto econômico mundial, marcado pela globalização da economia e pela crise econômica que se iniciou nos anos 1970, pela crise fiscal e pela abertura comercial do país, conduziram à instauração de um modelo de desenvolvimento insustentável, cujas

conseqüências mais críticas foram: o desemprego, o subemprego, os baixos níveis de renda e as situações de extrema pobreza.

O RN vem ganhando espaços na atribuição e concretização de novas possibilidades de desenvolvimento. Os resultados das experiências pautadas por essa visão parecem mostrar-se eficazes à inserção de certas economias sub-regionais dinâmicas no quadro maior de economias regionais mais desenvolvidas, ainda ao risco de não considerar as exigências sociais.

Na sociedade civil, existe consciência de que a busca de soluções estruturais para os problemas locais, compatíveis com o potencial para o desenvolvimento, se coadunam com as diferentes dimensões do DS, para que se produza a transformação e a construção de novas institucionalidades que garantam o futuro desejado pela sociedade.

Um Planejamento regional foi adotado na perspectiva de orientar os processos de desenvolvimento segundo os novos conceitos e paradigmas de DS, sem perder de vista as referências das experiências de desenvolvimento regional até hoje postas em prática no Nordeste brasileiro.

As experiências de Planejamento do Desenvolvimento Regional Sustentável no RN representaram um avanço, tanto na consolidação de um instrumento que explicita suas prioridades como na identificação de programas e projetos passíveis de financiamento, além de criar as condições para a institucionalização do sistema de gestão da etapa de implementação dos mesmos. As experiências anteriores de planejamento estavam baseadas na elaboração de outros Planos, além de que já tinha elaborado o Plano Estadual de DS e o Plano da Região do Seridó, permitindo consolidar e aprimorar tanto a base teórico-conceitual sobre o desenvolvimento regional sustentável, assim como a abordagem e aplicação prática da metodologia de planejamento, fortalecendo a capacidade técnica de planejamento e DS no RN.

A opção pela metodologia na perspectiva do DS, ofereceu os caminhos para a realização de todas estas possibilidades, dado que o conceito de sustentabilidade pressupõe que o plano seja um processo contínuo e permanente de gestão governamental, que exige orientações e políticas novas e duradouras.

O Rio Grande do Norte tem sido palco de viabilizar esforços no sentido de planejar seu desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. Primeiro, mediante a elaboração do Plano de DS do Rio Grande do Norte; o Plano de DS da Região do Seridó; e a elaboração do Plano de DS da Zona Homogênea do Litoral Norte que, igualmente ao Plano do Seridó, foi fortemente apoiado nas experiências de planejamento participativo desenvolvidas no semi-árido nordestino.

Neste sentido, na perspectiva da descentralização, baseado na prática de um novo modelo de gestão participativa, transferindo os processos decisórios para o nível municipal/comunitário e atendendo as reivindicações da sociedade civil, foi elaborado o Plano de DS da Zona Homogênea do Litoral Norte<sup>9</sup>, como um desdobramento do Plano de DS do Rio Grande do Norte, que apresentava o desafio de definir novos rumos e de construir uma nova estrutura institucional com o objetivo de implementar políticas públicas em participação articulada com a sociedade civil.

Portanto, a criação de um novo paradigma para o desenvolvimento da economia da Zona Homogênea do Litoral Norte exigiu a concepção de DS, que pressupõe visão de longo prazo e processo participativo para definir e promover as mudanças. Subentende, também, equidade social, intra e entre gerações, além do desenvolvimento endógeno.

O Litoral Norte, assim como em outras regiões do semi-árido nordestino, para promover o desenvolvimento sobre bases sustentáveis, necessita definir políticas públicas e estratégias centradas na convivência com a seca, buscar soluções para a diminuição dos impactos ambientais, saber aproveitar as potencialidades da região, além de dinamizar a

economia regional e conseqüentemente reduzir os problemas de miséria e pobreza. Para enfrentar os desafios na busca de soluções para o desenvolvimento da região, é necessário que a sociedade compreenda a importância de identificar os fatores externos que podem facilitar ou dificultar o futuro da região.

### **Do Desenvolvimento Territorial**

O desenvolvimento exige reflexões sobre conceitos, como território e territorialidade, rural e ruralidade, espaço e espacialidade, de modo a superar o significado dicotômico da relação cidade-campo.

O território é um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. É um exercício de poder de determinados atores sociais, está inserido num campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural, quase sempre refletindo a hegemonia de grupos privilegiados. É um espaço socialmente organizado, significa espaços e fluxos, ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural, são fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos; são atores inteligentes organizados que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos.

Cirad-Sar, citado por Sabourin (2002), define território como sendo “um espaço construído historicamente e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é então entendido como sendo resultado e não como dado”.

O conceito de território está intrinsecamente ligado à idéia de espaços definidos geograficamente para indicar um espaço cuja unidade é dada pela ação de uma coletividade política. Nessa óptica, vamos considerar a idéia de território na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento, onde o território é o espaço que preocupa-se com a interação dos atores envolvidos, dos recursos disponíveis e das atividades a serem realizadas, considerando as novas institucionalidades, importantes para a gestão do processo.

O desenvolvimento territorial pressupõe uma estratégia em que os atores envolvidos de uma localidade querem construir um processo de mudança social com mais participação, igualdade de oportunidades e mais qualidade de vida para a população. A importância do território surge impulsionada pela globalização, apontando para um novo papel a ser por eles desempenhado, a partir de suas próprias potencialidades e identidades. Devemos entender por globalização o processo de conexão e de integração entre os atores envolvidos no processo de comunicação para o desenvolvimento. Então, o conceito de território se apóia na idéia de que, os recursos disponíveis, quer sejam econômicos, humanos, institucionais, sociais, ambientais e culturais vão além de uma base econômica não suficientemente explorada, e que constituem um potencial de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Por território, entendemos um espaço socialmente organizado onde existem relações entre pessoas, relações econômicas, sociais e institucionais.

O desenvolvimento territorial busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação dos cidadãos e cidadãs, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir das vocações locais. É uma estratégia que busca estimular a solidariedade e um desenvolvimento integrado, envolvendo valores e comportamentos, atitudes inovadoras e espírito empreendedor.

A abordagem da estratégia do DS territorial<sup>10</sup> com enfoque nos territórios rurais visa promover a articulação, convergência e participação de políticas públicas de apoio a

iniciativas institucionais que objetivem o DS dos níveis de qualidade de vida da população rural, tendo como prioridade a atuação nos territórios rurais. Esta estratégia é uma política do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT que vem sendo implementada desde 2003, e teve como critérios para seleção e priorização segundo a estimativa dos territórios rurais existentes no Brasil. Definidos e adotados os parâmetros dos procedimentos, a estratégia buscou definir os territórios rurais como universo de referência, que permitisse valorizar iniciativas visando aumentar a eficácia dos recursos destinados. Ao longo do ano de 2003, foram selecionados e homologados 40 territórios, aproximadamente 800 municípios.

No ano de 2004, foram agregados mais 50 territórios, alcançando cerca de 1.500 municípios. A escolha dos territórios rurais em cada estado se deu num processo de consulta à Sociedade Civil e ao Governo, aprovado e homologado pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural dos Estados e o Nacional. Neste sentido, uma visão de futuro estruturou um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Este Plano servirá de organizador do processo, de articulação e implementação de ações que disponibilizarão recursos para projetos priorizados pelos colegiados territoriais, sob critérios de oportunidades, adequação, qualidade e méritos. Os referidos projetos deverão constar no Plano.

O Território do Mato Grande, objeto do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável - PTDRS é um dos 06 (seis) territórios no RN que está sendo priorizado pela SDT/MDA para desenvolver uma estratégia de desenvolvimento. Ocupa importante área do território estadual, cuja superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semi-árido do Rio Grande do Norte, em consonância com a realidade nordestina. A escassez e irregularidades de chuvas se constituem um fator limitante para o seu desenvolvimento, e a constatação de grande parte de sua superfície ser geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem insignificante, dificultando a acumulação da água na superfície.

Na sua localização geográfica, está circundado, ao Norte, pelo Oceano Atlântico, formando uma faixa litorânea que envolve cinco municípios; a Leste, pela Zona do Litoral Oriental, que tem como pólo de influência a área metropolitana de Natal. Limita-se à oeste, com uma parte da Zona Mossoroense; e, ao Sul, com as Zonas do Agreste e parte das Serras Centrais. Está constituído por 15 municípios que compreendem: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

Dentre os municípios do território, dois se destacam pelas suas funções polarizadoras como centros comerciais e de prestação de serviços: João Câmara e Touros, ambos com estratégica localização em relação à capital do Estado. Ademais, a existência de 05 (cinco) municípios litorâneos com dezenas de quilômetros de praias, dunas, estuários, lagoas e núcleos pesqueiros, acrescentando mais diversidade ao território, indicando potencial para turismo, cultivo de camarão e pesca costeira artesanal, e os demais interioranos.

O território apresenta uma posição geopolítica estratégica, uma vez que está localizada no ponto mais próximo do continente europeu e é servido por três eixos rodoviários principais pavimentados: a BR-406, ligando a cidade de Natal a Macau; a BR-101, que foi estendida até o município de Touros, permitindo a ligação litorânea com o sul do País; e, a BR 304, que corta o espaço estadual no sentido leste-oeste, alcançando a cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Todas essas rodovias convergem para a estrutura portuária e aeroviária de Natal, possibilitando o transporte de produtos em poucas horas para a Capital do estado. Possui uma área total de 4.514,3 km<sup>2</sup>, o que equivale a 8,5% da área total do Estado. Sua população total corresponde a 141.145 habitantes, representando 4,7% da população do Estado. Desse total, 60.827 habitantes residem na área urbana, enquanto 71.036 residem na área rural (IBGE 2005). Possui uma baixa densidade demográfica 29,8 hab/Km<sup>2</sup> se comparada com a média do Estado que é de 52,3 hab/ Km<sup>2</sup>.

O município de Touros detém a maior área irrigada da zona, em torno de 2000 hectares, com uma variedade de produtos voltados principalmente para o mercado estadual. Também nos municípios de Jandaíra e João Câmara, diversas propriedades estão explorando cultivos irrigados com produção de frutas, hortaliças e forrageiras, com água captada por poços perfurados no calcário. Além disso, existe boa potencialidade para o desenvolvimento de plantas permanentes adaptadas ao xerofilismo como o cajueiro, que pode ocupar diversas áreas de textura favorável, permitindo mais estabilidade à produção e à renda dos agricultores, contribuindo, ainda, com sua cobertura arbórea para proteção do solo e preservação do meio ambiente.

Uma variedade de plantas herbáceas e arbustivas estão presentes nas caatingas e são consumidas pelos ruminantes, algumas com elevado teor protéico, denominadas popularmente de “ramas” e utilizadas por bovinos, ovinos e caprinos. Em função desses condicionantes, o planejamento das ações terá que levar em consideração o processo de expansão da agricultura irrigada, a existência de grande concentração de assentamentos rurais, o reordenamento da agricultura de sequeiro e o desenvolvimento de ocupações produtivas não agrícolas decorrentes do processo de expansão da agricultura irrigada.

Conforme tabela abaixo, relacionamos os municípios do território, com seu respectivo ano de criação, bem como a distância para Natal, capital do RN:

<b>Município</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Distância para Natal</b>
Bento Fernandes	1958	88
Caiçara do Norte	1993	149
Ceará-Mirim	1882	28
Jandaíra	1963	116
João Câmara	1928	74
Maxaranguape	1958	54
Parazinho	1962	116
Pedra Grande	1962	125
Poço Branco	1963	59
Pureza	1963	59
Rio do Fogo	1995	81
São Bento do Norte	1953	148
São Miguel do Gostoso	1993	102

Taipu	1891	50
Touros	1833	87

Fonte: IDEMA, anuário estatístico do RN.

### Educação

Os indicadores de desempenho da educação no território revelam uma realidade bastante preocupante, uma vez que dos dados constatam um alto índice de analfabetismo (59,85%) da população com idade acima de 15 anos.

### Agricultura

A agricultura é a atividade que mais ocupa mão-de-obra no território. Como podemos observar que a maioria dos estabelecimentos rurais é composta por responsáveis e familiares não remunerados, ou seja, por agricultores familiares, o que representam 78,1% dos estabelecimentos rurais do território.

### Políticas Públicas

Devido à presença significativa de assentamentos no território, verifica-se uma demanda significativa em termos de políticas públicas que atendam a esse público. Dentre tais políticas podemos destacar o PRONAF A, voltado especificamente para os assentados pelo processo de reforma agrária.

Em que pese ao programa Garantia Safra, foi constatado uma baixa adesão, devido a falta de interesse e de compromisso do poder público especificamente do gestor municipal juntamente com o secretário municipal de agricultura, dada a não adesão à Política do Zoneamento Agrícola (ver anexo), onde os cultivos são orientados de acordo com as aptidões climáticas regionais.

Verificou-se também que, o Programa Luz para Todos, tem contemplado os municípios que integram o território.

O PRONAF infra-estrutura constitui importante política no sentido da dinamização econômica dos territórios. Juntamente com o Programa de Combate à Pobreza

Rural (PCPR), o PRONAF dotou o território de uma certa estrutura de apoio à produção local através do financiamento de uma série de centrais de beneficiamento, agroindústrias, implementos e recuperação de estradas.

O subsistema de produção é bastante diversificado e pode ser caracterizado através de algumas cadeias: a produção de mandioca, hortaliças, a apicultura, o gado de leite, o gado de corte, a caprinocultura, a fruticultura (com destaque para a cajucultura), a avicultura caipira etc. A agricultura de subsistência (milho, feijão) quase sempre está associada a outras atividades. Outros sistemas de produção como abacaxi, banana, coco, mamão, melancia e o gerimum. Este último com tendência de crescimento no território. O algodão arbóreo e o sisal ainda são produzidos isoladamente e em menor escala na região. Constituem atividades bastante relevantes para os municípios litorâneos a pesca artesanal, a carcinicultura e o turismo.

O processo de transformação da produção gira em torno do beneficiamento da Castanha do caju, de pequenas queijeiras distribuídas pelos municípios, do beneficiamento do mel, das casas de farinha (que é o sistema de transformação predominante no território), pequenas unidades de produção de doce e destilarias (produção de cachaça).

A comercialização no território é feita tendo como pólos os municípios de João Câmara e Touros, o primeiro como principal pólo comercial da região, apresenta um quadro de pequenos negócios distribuídos entre lojas, mercearias, escritórios, garagens, dentre outros empreendimentos de prestação de serviços. O centro da cidade concentra um grande número de pequenos supermercados, armazéns, "bodegas", locadoras, restaurantes no peso e sorveterias, que fortalecem a natureza do município como pólo central do comércio da região. A feira dos sábados é a maior e mais importante de todas as outras feiras que acontece nos outros municípios. Os bens expostos e vendidos são produzidos na região e a feira ainda é o canal mais fácil para a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores.

Durante a realização das oficinas territoriais, desde 2005, foi utilizado um roteiro para as discussões dos grupos, para que os mesmos fizessem um breve levantamento acerca da realidade do território no que se refere ao público prioritário das ações do PTDRS, aos sistemas produtivos praticados por tais grupos, aos principais fatores que interferem positivamente e negativamente em tais sistemas produtivos. Após as apresentações dos trabalhos e a partir das discussões geradas no debate na plenária, o grupo priorizou dois projetos. Os projetos priorizados apontados pelos participantes como relevantes para a sua implementação foram:

<b>Projetos</b>	<b>Ações</b>
Apicultura	✓ Casa de Mel - cada município ✓ Entrepasto ( localizado em João Câmara)
Cajucultura	✓ Capacitação em gestão e beneficiamento artesanal ✓ Central de classificação e embalagens (João Câmara)

Na região existe um número significativo de instituições, já que dispõe com o Movimento de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (MSTTR), Conselhos gestores de políticas públicas, associações comunitárias e organizações de trabalhadores rurais sem terra (MST e MLST).

Além das organizações de base local constituídas por atores locais e sediadas na região, o território também conta com um suporte significativo de outras organizações da sociedade civil externas, com atuação em trabalhos de sensibilização de atores locais, elaboração de projetos e assistência técnica.

Essas organizações têm se mostrado sensíveis às propostas de Desenvolvimento Territorial, inclusive apoiando o processo de mobilização local para as reuniões territoriais. Foi o que ocorreu com a transformação da Comissão de Implantação das Ações Territoriais - CIAT, atualmente Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande – FOMAG composto por 51 representantes assim distribuídos: 25 Instituições Governamentais e 26 Instituições não governamentais

O Núcleo Diretivo foi composto da seguinte forma: 06 (seis) técnicos representantes de entidades governamentais e 06 (seis) técnicos representantes de entidades não - governamentais.

As entidades governamentais representadas no conselho são: a EMATER – RN, a Secretaria Estadual da Agricultura/PRONAF, Prefeitura Municipal de João Câmara, Prefeitura Municipal de Maxaranguape, Prefeitura Municipal de Bento Fernandes, Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso.

As ONG's que integram o núcleo são: AACC (Associação de Apoio às Comunidades no Campo), FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN), MST (Movimento dos Sem Terra); TECHNE; FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), ARCO Mato Grande (Associação de Apoio à Comercialização), CEAHS, CEATEC, APICE e IDE.

Atualmente, os projetos priorizados para o território estão em andamento sob a gestão do colegiado territorial. As observações feitas durante este trabalho nos mostraram a grande relevância que a agricultura familiar desempenha, bem como a importância que representa para a dinamização econômica do território.

## Capítulo II: Assentamentos Rurais

### Reforma agrária

Entendemos a Reforma Agrária como sendo um processo de redistribuição de terras promovida pelo Governo, sobretudo em áreas de agricultura tradicional e pouco produtiva, que está normalmente associada a profundas transformações sociais e culturais enraizadas nos costumes e crenças do povo.

Uma outra visão do conceito de reforma agrária diz respeito a um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição de terras, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social, do desenvolvimento econômico, da educação ambiental e ao aumento da produtividade.

Entretanto, existem considerações extremas sobre a expressão “reforma agrária” em que pese sobre o estímulo à produção agrícola, assistência técnica, crédito agrícola, garantia de preços etc. e num outro lado como sendo a eliminação da propriedade privada sobre a terra, ou seja, a estatização. Com efeito, na atualidade, dificilmente alguém ou algo se manifesta contra a reforma agrária. No geral, lideranças, partidos políticos, grupos religiosos, movimentos sociais e populares, e até mesmo os proprietários de terras têm-se mostrado a favor dessa.

As experiências de reforma agrária no mundo demonstraram que não há uma equidade, ou seja, os processos são bastante complexos e de natureza política, econômica, cultural, social, religiosa e da disponibilidade de recursos naturais.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para as questões agrárias, freqüentemente estão associadas a conflitos no campo, são, portanto formas de intervenção para minimizar tensões sociais, tentando um certo ajuste nos conflitos. A luta pela terra presente desde o Brasil colonial assumiu características diferentes ao longo dos anos sendo evidenciada através dos vários conflitos que demonstram a dinâmica das populações rurais. Atualmente a questão

agrária se tornou polêmica em toda a sociedade devido a grande visibilidade dos conflitos no campo e principalmente ao Movimento Sem Terra (MST) que atualmente é um dos principais agentes de reivindicação para a realização da reforma agrária no país, o que tem motivado formas diversas de intervenção do Governo na elaboração e execução de políticas públicas em favor da situação da reforma agrária, ao invés de políticas compensatórias.

No ano de 1970, com a extinção o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Como substitutivos da reforma agrária, a partir daquele ano o Governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Destacaram-se entre eles, o Programa de Integração Nacional - PIN (1970); e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971). O PIN e o PROTERRA foram os programas que mereceram maior atenção e aos quais foi destinada uma soma significativa de recursos. Com o propósito de colonizar a Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, o PIN era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas e, segundo a versão da época, buscava integrar o povo nordestino com as terras da Amazônia. O PROTERRA desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Somente cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa. Também foi criado o Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

No início da década de 1980, devido ao agravamento dos conflitos pela posse de terras, na região Norte do país, o governo de João Batista de Figueiredo, criou o Ministério

Extraordinário para Assuntos Fundiários - MEAF e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins - GETAT, e do Baixo Amazonas - GEBAM.

O ano de 1985 foi marcado pelo final dos governos militares e, com a redemocratização do País, assume o governo um presidente civil, o Vice-presidente José Sarney, após a morte do presidente Tancredo Neves. José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD e lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, elaborado sob a coordenação do agrônomo José Gomes da Silva, que se torna presidente do INCRA. Com metas extremamente ambiciosas que previa o assentamento de 1.400.000 famílias, ao longo de cinco anos. O Plano original sofreu modificações. No final de cinco anos, porém, foram assentadas cerca de 90.000 famílias apenas. Durante o governo Sarney, foi também elaborada a Constituição de 1988 que trata a questão da desapropriação para fins de reforma agrária.

Com a nova Constituição, em 1989 se alterou as normas para fins de reforma agrária. As novas normas se estabelecia no sentido de as propriedades produtivas estarem isentas de desapropriação por interesse social, além de excluir a pequena e média propriedade da reforma agrária. A Lei Complementar 8.629/93, conhecida como Lei Agrária definiu os novos módulos fiscais, caracterizando entre 1 a 4 módulos de pequena propriedade; entre 4 e 5 módulos de média propriedade e, acima destes, se caracterizaria como grande propriedade e se confirmada sua improdutividade, poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), foi extinto o MIRAD, o programa de assentamentos foi paralisado e a meta de assentar 500.000 famílias não foi atingida, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. O governo seguinte, de Itamar Franco (1992-1994) foram resgatados e retomados os projetos de reforma agrária através da promulgação da Lei Complementar 76. Foi lançado e aprovado um Programa Emergencial para o

assentamento de 80.000 famílias, mas só foi possível atender 23.000 famílias com a implantação de 152 projetos, numa área de 1.229.000 hectares (INCRA, 1993).

Com o fim do governo de Itamar Franco (1994), teve início o governo de Fernando Henrique Cardoso, que após o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1996, foi então criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão responsável pelas políticas de desapropriação e reforma agrária, como também das políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura familiar através de linhas de crédito como PRONAF e PROCERA. Ao final do governo FHC, passados 8 anos, foram assentadas 635.000 famílias, sendo 579.000 em áreas de desapropriação ou adquiridas pelo INCRA e o restante pelo Banco da Terra.

No ano de 2002, teve início o governo de Luis Inácio Lula da Silva (Lula), muitas dificuldades foram enfrentadas como nos processos de desapropriação de novas terras, considerando que as terras ociosas já haviam sido desapropriadas pelo governo FHC ou se transformaram em fazendas produtivas. Segundo os dados do INCRA, cerca de 32.000 famílias foram atendidas no ano de 2003, entretanto, esse número inclui substituições de lotes em assentamento antigos. Frente a isso, o governo Lula freou o ritmo dos assentamentos rurais. Em 2004, com a greve do INCRA, o ritmo dos processos de assentamentos rurais manteve-se reduzido. Com a revolução tecnológica, novas fronteiras expandiram a produção e elevou a produtividade em todas as regiões, com isso, as chamadas terras improdutivas foram desaparecendo, elevando os preços. Neste sentido, o valor da desapropriação de terras aumentou, significativamente, dificultando a trajetória de desapropriação e reforma agrária no país. O custo estimado para cada família assentada que era de 31.000, com a referida revolução alterou esse valor para 52.000.

### **Assentamentos rurais**

A formação e criação de assentamentos rurais é um tipo de política pública que foi vinculada a uma tentativa de amenizar a violência dos conflitos sociais no campo, que ganhou uma grande proporção a partir do surgimento das Ligas Camponesas. Através da criação dos assentamentos rurais, percebe-se um exercício do controle desses conflitos e também de disputas.

Os conflitos no campo deram margens a uma grande diversidade de sujeitos e atores envolvidos em grandes conflitos, que Bergamasco e Norder observaram ao estabelecer cinco tipos de assentamentos rurais: (1) Projetos de colonização formulados durante o regime militar, visando à ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; (2) Reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; (3) Planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; (4) Programas de reforma agrária através da desapropriação por interesse social; e (5) A criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela, além das diversas instituições criadas em decorrência dessas lutas que se acirraram principalmente a partir dos anos de 1980, propiciados pelo cenário de abertura política e que contaram com o apoio de diversos setores da sociedade inclusive da Igreja Católica.

Os termos “assentamento” e “assentados” podem ser tomados evidentes em si mesmos, no entanto, é importante conceituá-los. Para Andrade et al (1989) o termo assentado

pode ter surgido em função da burocracia estatal e é destinado às diversas ações do Estado com vistas à ordenação e/ou re-ordenação fundiária.

Assentamento rural segundo algumas definições encontradas: (1) Área de terras de tamanho limitado, subdividida em lotes ou parcelas rurais destinada a assentar famílias de produtores rurais sem terra ou com pouca terra, de acordo com projeto de viabilidade econômica social, conforme a capacidade de uso dos solos, as possibilidades mercadológicas regionais e o potencial da força de trabalho das famílias assentadas; (2) Imóvel rural desapropriado e parcelado para colocação de famílias de agricultores sem terra em lotes rurais dimensionados de modo a proporcionar a reinserção dessas ao processo rural produtivo que, através de créditos especiais, infra-estrutura e assistência técnica alcancem sua viabilização e emancipação econômica.

Na visão do INCRA, o assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra, a recebe legalmente e transfere para os trabalhadores rurais sem terra para fins de exploração da terra, para o cultivo da produção, criação de animais e promover seu desenvolvimento econômico, com justiça social, educação ambiental, desenvolvimento tecnológico e institucional. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

A emancipação do assentamento ocorre quando, após ter participado de diversas políticas públicas de apoio, conseguiu encontrar seu caminho para um desenvolvimento sustentável estando consolidado e apto a integrar-se na vida do município em que está inserido. A emancipação se dá por ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares. A esta nova condição do assentamento dá-se o nome de Emancipado ou em processo de desenvolvimento.

Para ser assentado/a, tem que participar do Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA todo/a trabalhador/a rural sem terra e aquele que trabalha individualmente

ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho com os membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção.

Para conhecer a realidade dos assentamentos no Rio Grande do Norte, faz-se necessário um breve relato sobre o Estado. O RN é um dos estados do Nordeste mais vulneráveis à seca, em virtude de sua posição geográfica, que possui vales úmidos e férteis situados na Zona da Mata sendo explorado pela monocultura da cana-de-açúcar incluindo o Vale do Açu, na região oeste, que se localizam as melhores terras, onde se constitui o pólo da fruticultura do Estado. Região que merece destaque pelo grande número de assentamentos existentes.

Dentre as muitas potencialidades do Rio Grande do Norte, destacam-se a extensa orla marítima, aproximadamente 500 km<sup>2</sup> de litoral com belíssimas praias, dunas e recursos naturais para exploração de pesca e do turismo. Além dessas, existem outras potencialidade no estado como: extração de petróleo, produção de sal, jazidas de minérios com destaque a produção de scheelita na região do Seridó.

Considerando todas essas potencialidades e limites do Rio Grande do Norte, a estrutura fundiária e as relações de trabalho seguem a mesma direção dos outros estados da região Nordeste e do País. A existência de grandes fazendas que abrigavam centenas de trabalhadores deu origem ao processo de mobilização e organização através das Ligas Camponesas, do sindicalismo rural e/ou outros mecanismos nos finais dos anos de 1950 e início dos anos 1960. Este último, marcado por conflitos entre fazendeiros e moradores; esse foi um dos conflitos que existiram no processo de desapropriação de terras e da reforma agrária.

Assim como nos outros estados nordestinos, o Rio Grande do Norte, os conflitos entre grandes proprietários de terras, dito os latifundiários, grupos econômicos, empresários entre outros de um lado, e do outro os segmentos e movimentos sociais de apoio aos trabalhadores adquiriram maior visibilidade a partir da segunda metade da década dos anos de 1970.

Muitos processos de desapropriação de terras que se deram em favor dos trabalhadores resultaram em assassinatos de lideranças, como o caso ocorrido no final de setembro de 1989, em Tábua do Reduto, uma localidade pertencente a São Miguel do Gostoso, uma região de Touros recém-emancipada, palco de vários conflitos entre posseiros/pescadores e grandes proprietários.

O município de Touros compõe o segmento espacial da faixa litorânea do Rio Grande do Norte, a Mesorregião do Leste Potiguar e a Microrregião Litoral Nordeste (IBGE, 1992), considerada uma das mais importantes do estado, tanto do ponto de vista populacional como econômico. A região apresenta uma rede urbana densa e articulada, resultado de um sistema rodo-ferroviário que permitiu relações freqüentes com o interior do Estado e com os principais centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste do país.

Historicamente, uma das características do município de Touros era a existência de muitas extensões de terras devolutas, ocupadas em grande parte por posseiros, tanto nas praias como na zona rural do município, sobretudo na região denominada Serra Verde, onde atualmente se localiza o Assentamento Chico Mendes. A partir dos anos 1970, desencadeou um processo de especulação fundiária atraindo empresários que deu origem a um processo de grilagem de terras. Diante disso, na década de 1980, instaurou-se um conflito entre os diversos atores envolvidos.

É neste mesmo período que tem início a existência de relações de produção e comercialização sinalizadoras de um imenso processo de exploração. Começam as

explorações na comercialização dos produtos (algodão, milho e feijão) entre os pequenos produtores e os atravessadores na região nos anos de 1970.

Essas transações comerciais proporcionaram um enriquecimento rápido aos atravessadores, transformando-os em grandes proprietários de terras na década de 1980.

Numa pesquisa realizada nos anos de 1989/1990, citada por Severina Garcia, Touros apresentava uma das maiores concentração de terras no Rio Grande do Norte. Ocupando uma área de 64.225,5 hectares com grandes propriedades, correspondente a 74,65% da área total do município.

Os imóveis cadastrados como empresas rurais e latifúndios eram responsáveis por 31.989,5 hectares de terras ociosas e terras classificadas aptas a produção, e as não utilizadas somavam 47,86% da área total do município. As empresas rurais ocupavam 10.298,1 hectares, enquanto os minifúndios ocupavam uma área de 11.525,6 hectares.

#### **Assentamento Chico Mendes**

O Assentamento Chico Mendes está localizado na zona rural do município de Touros/RN. O imóvel em que o assentamento está instalado, ocupando uma área de 1.307,9562 hectares, apresenta nos seus limites os seguintes confrontantes: ao norte, os sítios de João Batista e José Nascimento, entre outros; a leste, o Assentamento Zabelê e Luiz Coutinho Bezerra; ao sul, o Assentamento Zabelê e Luiz Bazini; a oeste, José Pedro da Silva, Maria Pureza Lopes e José Faria.

O assentamento teve seu início do ano de 1997, onde 63 famílias provenientes da comunidade do Arribão (56) e do Povoado Conduta (7), ambos pertencentes ao município de Touros/RN, ocuparam a fazenda Serra Verde/Pororoca. Até então, elas moravam nas terras dos pais ou de outros parentes, terras com áreas insuficientes para toda família plantar. A idéia da ocupação começou no ano de 1996, quando o Movimento dos Sem Terra (MST) começou a fazer reuniões nos povoados e conchamar aquelas pessoas que não tinham terra para se

juntar e ocupar a Fazenda Serra Verde, pois o Movimento sabia que o antigo proprietário tinha intenção de vendê-la.

O nome Chico Mendes foi escolhido em Assembléia, em homenagem ao seringueiro Chico Mendes, da região do Pará.

Ao ocuparem o local, construíram suas barracas de lona, todas juntas umas das outras, e já começaram fazendo suas roças. Não houve reação por parte do antigo proprietário, no entanto as mulheres e crianças não permaneceram no local, retornando para morar nas barracas após um ano, pois temiam que a polícia aparecesse e agisse com violência com as mesmas. Moraram três anos embaixo de lonas, até que as casas de alvenaria foram construídas.

A construção das casas, em duas Agrovilas, aconteceu depois da desapropriação. Ela se deu em virtude das pessoas escolherem para morar uma área mais próxima da sua comunidade de origem. Os integrantes da Chico Mendes I escolheram um local mais próximo do Arribão. A relação de parentesco entre as famílias do Assentamento é bastante presente (primos, sogros, noras, irmãos, pais etc.). As famílias que ocuparam a fazenda permanecem no Assentamento, não havendo nenhuma desistência e nem entrada de novas pessoas. Na avaliação que fizeram sobre a vida antes e depois do Assentamento, a mudança foi para melhor: “as casas eram de taipa e agora são de alvenaria”; “o lote para trabalhar era pequeno e pouco, agora é maior”; “agora melhorou”.

O assentamento Chico Mendes é constituído por duas agrovilas (Chico Mendes I e Chico Mendes II), com distância de 2 km de uma para outra, possuindo uma comunidade de 63 famílias de trabalhadores/as e perfazendo um contingente de 344 habitantes.

A população do Assentamento Chico Mendes, constituída por 63 famílias assentadas e perfazendo uma população total de 344 pessoas, apresenta um equilíbrio entre o

número de homens e o de mulheres, 50,6% e 49,4%, respectivamente. Nestas famílias, prepondera a média de 5,6 pessoas por família, mas há algumas com até 11 (onze) integrantes.

Mais da metade da população (50,58%) tem idade entre 15 e 60 anos, o que significa dizer que este assentamento tem mão-de-obra potencial e expectativa de renovação da população ainda por muitas décadas. Em idade escolar regular (de 7 a 18 anos) são 34,59% e em idade de vacinação e de freqüentar creche e pré-escolar (0 a 6 anos) são 21,8% da população.

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total
Menos de 1 ano	6	8	14
1 a 6 anos	25	36	61
7 a 14	48	35	83
15 a 17 *	18	14	32
18 e 20 *	14	13	27
21 a 60	55	60	115
61 a 65	08	04	12
66 a 70	-	-	-
Mais de 70	-	-	-
Total	174	170	344

Fonte: PCA – Plano de Consolidação do Assentamento

A mão-de-obra disponível no assentamento corresponde a 1,86 UFT (Unidade de Força de Trabalho), considerando uma população economicamente ativa (PEA) nos intervalos de 15 a 60 anos, embora os jovens e idosos também trabalhem nas atividades econômicas da comunidade. Os homens constituem maioria, se ocupando, em geral, com as atividades agropecuárias e as mulheres com as atividades domésticas e apoio às atividades do marido.

A mão-de-obra familiar é dedicada para as diversas atividades produtivas no Assentamento, realizando as tarefas necessárias para o êxito dos empreendimentos. Os trabalhos são desenvolvidos pelo casal apoiado pelos filhos, geralmente os maiores. Cabem às mulheres, além de apoio aos maridos, as tarefas domésticas e a educação dos filhos menores.

Observou-se que os filhos estudam durante o dia ou à noite, neste caso os mais velhos, mas ajudam nas atividades de campo, na busca de água para o consumo humano e demais ações das atividades produtivas da família.

Algumas mulheres dedicam mais tempo no descascamento da mandioca e produção do amido, que ocorrem na fabricação da farinha, gerando renda à família que é gasta geralmente em alimentação.

Não foi constatado trabalho fora do Assentamento como renda familiar e nem tampouco contratação de mão-de-obra externa. Os produtores às vezes trocam dias de serviços, mas este aspecto é esporádico. Este fato ocorre sobretudo pelo fato dos plantios serem mecanizados e as capinas serem realizadas por cultivadores de tração animal, o que diminui o uso de mão-de-obra.

No assentamento existem 16 pessoas aposentadas, 12 das quais por idade: 7 (sete) homens e 5 (cinco) mulheres. Também há 4 (quatro) pessoas que foram aposentadas por problemas de saúde, as quais, geralmente, comprometem uma parte significativa dessa renda com a compra de remédios.

As principais informações do Assentamento são:

- Denominação do imóvel: Projeto de Assentamento Chico Mendes
- Nome do imóvel desapropriado: Fazenda Serra Verde/Pororoca
- Decreto de desapropriação: de 5/03/1997
- Data da imissão de posse: 9/10/1997
- Data da criação do PA: 22/10/1997
- Valor da terra nua: R\$ 223.660,52
- Valor das benfeitoras não produtivas (antes da imissão de posse): R\$ 70.690,89
- Valor total do imóvel: R\$ 294.351,41
- Valor médio por hectare: R\$ 225,05

- Área (hectare)
  - Desapropriada: 1.694,00 hectares
  - Demarcada: 1.258,1101 hectares
  - Reserva Legal: 261,59 hectares
  - Preservação Permanente: não tem
  - Área inaproveitável: 6 hectares
  - Área com pastagem natural: 300 hectares
  - Média por família: 20,76 hectares
- Capacidade do imóvel em número de famílias: 63
- Número de famílias beneficiárias: 63
- Número de famílias cadastradas (SIPRA/INCRA): 63
- Número de famílias excedentes: não tem
- Área demarcada para lotes: 955,80 hectares
- Tamanho médio dos lotes: 15,17 hectares
- Áreas Comunitárias: 03
- Área demarcada para uso comunitário: 26,40 hectares
- Área ocupada pelas agrovilas: 20,20 hectares
- Área ocupada pelas estradas: 3,20 hectares
- Área disponível para o uso dos Assentados (área do lote mais áreas comunitárias):  
988,20 hectares
- Tamanho médio disponível para cultivo por família: 15,59 hectares

A área do Assentamento Chico Mendes está distribuída em: área ocupada pelos 63 (sessenta e três) lotes, 03 (três) áreas comunitárias, 01 (uma) área de reserva legal, 02 (duas) agrovilas e áreas ocupadas pelas estradas de acesso e projetadas para os caminhos.

As duas agrovilas são denominadas de Chico Mendes I e Chico Mendes II, residindo respectivamente 43 e 20 famílias, sendo áreas comunitárias que foram destinadas para as agrovilas, em tamanhos proporcionais aos quantitativos de assentados residentes. Todos/as os/as assentados/as possuem áreas propícias à mecanização nos seus lotes, onde estão implantados os cultivos do caju e os seus campos de produção.

As casas do assentamento foram construídas pelo INCRA e possuem 6,0 m de frente por 8,0 m de fundo de dimensão, divididas em sala, dois quartos, varanda, cozinha e banheiro, com piso de cimento, telhado de duas águas, localizadas nos lotes urbanos situados nas agrovilas. Possui energia elétrica em todos os ambientes. Nos banheiros, existe um vaso sanitário e um chuveiro.

As casas da Agrovila Chico Mendes I foram entregues todas rebocadas e o processo de construção foi de mutirão, administrado pela Associação, enquanto na Agrovila Chico Mendes II as casas foram construídas sem reboco externo, através de contrato com uma empresa.

Em cada agrovila, existe uma associação que congrega os seus moradores. As associações existentes no Assentamento vêm exercendo um papel muito importante nas lutas e conquistas dos direitos e reivindicações dos assentados. Constituíram duas associações para representá-los perante os órgãos públicos responsáveis para captação de recursos públicos e para a implementação de políticas públicas, perante as esferas de governo a nível municipal, estadual e federal, assim como das instituições financeiras e a sociedade civil. Essas associações enfrentam dificuldades comuns a todo processo organizacional, tais como: definição de um modelo de gestão que garanta participação dos sócios; e implementação de um método de trabalho que seja eficiente e transparente e que traga resultados concretos. A Associação Chico Mendes I tem 44 sócios, sendo quarenta homens e quatro mulheres. Uma dessas mulheres faz parte da diretoria, ocupando o cargo de Presidenta, e participou

ativamente do processo de construção do diagnóstico e da elaboração do Plano de consolidação do assentamento. É integrante do Conselho da Caixa Escola, ocupando também o cargo de presidenta. A Associação Chico Mendes II tem vinte e três sócios, sendo vinte e dois homens e uma mulher. A diretoria participou de cursos de gestão e associativismo. Alguns membros da diretoria participam do Conselho de Associações Municipais de Touros e da Delegacia Sindical.

O principal acesso, partindo de Natal, capital do Rio Grande do Norte, é constituído pela rodovia BR-406 que liga Natal a João Câmara, seguindo pela RN 263/023 no sentido da cidade de Touros, em percurso asfaltado, percorrendo 20 km até a entrada do Assentamento Zabelê e por estrada carroçável, com percurso de 13 km, passando pelo assentamento citado até alcançar a Agrovila Chico Mendes I, totalizando 33 km. É importante ressaltar que o Estado está asfaltando a mencionada rodovia, o que permitirá melhores condições para o fluxo de pessoas, bens e mercadorias do Assentamento, além de possibilitar abertura de mais mercados potenciais, como as cidades de Touros e de São Miguel do Gostoso, pelas suas importâncias no cenário turístico do Rio Grande do Norte.

Outro trajeto importante é partindo da cidade de João Câmara pela BR - 406, no sentido de Macau, percorrendo 5 km desta cidade até alcançar a RN-120, também asfaltada, percorrendo mais 25 km até a comunidade de Queimadas, distrito de João Câmara. Chegando a esse distrito, entrar em estrada carroçável, percorrendo 18 km para chegar à Agrovila Chico Mendes II e mais 2 km para chegar à Agrovila Chico Mendes I.

Do assentamento para a sede da cidade de Touros pode-se partir do cruzamento existente a 1 km da Agrovila Chico Mendes I na direção da Chico Mendes II, seguindo por uma estrada municipal (carroçável), passando pelo povoado Cruzamento e pelos Projetos de Assentamento Novo Horizonte e Colorado até a alcançar a RN 263/023, em processo de

asfaltamento, percorrendo 16 km e nesta, em direção ao trevo da cidade, percorre-se mais 22 km. Do trevo ao centro da cidade, percorre-se mais 5 km, totalizando 44 km.

O acesso do assentamento aos centros regionais de consumo em que se encontra integrado, especialmente para seus produtos atuais e futuros, apresenta-se relativamente facilitado, principalmente pela utilização de rodovias asfaltadas, interligadas às principais redes de integração regionais e inter-regionais, de modo a permitir a consolidação e abertura de mercados potenciais com reduzidas distâncias no contexto estadual: João Câmara, Parazinho, Ceará-Mirim, Parnamirim, Natal, Touros e São Miguel do Gostoso; além de cidades dos estados da Paraíba e do Ceará. Estes mercados são grandes consumidores de farinha branca, que já é processada no Assentamento e continuará de forma mais dinâmica e de melhor qualidade. Outros produtos que merecem destaques são: o milho, o mel e a castanha do caju, com grandes potenciais nos mercados locais, regionais e nacionais.

Na região predomina um clima quente e úmido, com pluviosidade que varia de 1.000 a 1.200 mm anuais, favorecendo o desenvolvimento, entre outras, das culturas da cana-de-açúcar, capim e banana, nas bacias fluviais dos rios Maxaranguape, Ceará-Mirim, Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú. A composição dos recursos hídricos, a nível regional, é caracterizada pela existência das Bacias Hidrográficas Litoral-Norte, Punaú e Maxaranguape, destacando-se os rios Saco, Piranhas, Patu, Maxaranguape, Curicacas, dentre outros. Nesse quadro natural, desenvolve-se uma agricultura diversificada, tendo como principais produtos a mandioca, o sisal e uma pecuária pouco dinâmica de corte e de leite, com vistas ao mercado de Natal. No litoral, realiza-se o cultivo de coco, além da atividade pesqueira, onde se destaca a pesca de camarão no município de Touros. Trata-se de uma região com população rural expressiva e centros de pequeno porte, merecendo destaque o município de Touros, cujas relações são articuladas através dos centros de João Câmara e Ceará-Mirim, este último sob a

influência da Região Metropolitana de Natal. A região é servida pelas rodovias RN-120, RN-263, RN-064 e BR-406, complementada pela Rede Ferroviária Federal S.A.

O período de maior índice pluviométrico compreende os meses de março a julho, mas as precipitações variam de acordo com o quantitativo de chuvas total do ano. Nos meses de setembro a dezembro ocorrem as menores precipitações do período.

A caracterização do contexto pedológico do Assentamento Chico Mendes, é o descrito como "Latosolo Vermelho-Amarelo". O latossolo vermelho-amarelo ocorre de forma predominante na área do Assentamento Chico Mendes onde, apenas localmente e em menor expressão, é capeado por neossolos quartzênicos. Em sua área de ocorrência, este solo é característico pela relativa profundidade, textura arenosa a cascalhosa, abundante matriz laterítica e elevada permeabilidade, ocorrendo na forma de um relevo plano a suavemente ondulado, com drenagem superficial difusa.

O Assentamento Chico Mendes localiza-se na Chapada da Serra Verde, região formada por terrenos planos, ligeiramente elevados, localizada entre os tabuleiros costeiros de geologia sedimentar e o relevo residual chamado "sertão de pedras", de geologia cristalina. 95% do relevo da área do assentamento é plano e apenas 5% levemente ondulado, não oferecendo restrições à mecanização.

Está inserido na Grande Unidade de Paisagem chamada Tabuleiros Costeiros. A unidade dos tabuleiros ocorre em todo litoral do Nordeste, com altitude média de 50 a 100 metros, compreendendo platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertas com encostas suaves e fundo com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa a média fertilidade natural.

Na área do Assentamento e adjacências, os tabuleiros são também pouco dissecados, porém relativamente baixos, com vales pouco profundos e uma vegetação que reflete o clima seco, ou seja, predominantemente Caatinga.

A área de Reserva Legal está localizada na parte sul do imóvel, ocupando 20,07% da área total, ou seja, 252,5 hectares. Por estar numa das extremidades do assentamento, fazendo limite com outras propriedades, ela funciona como um escudo protetor de 45 dos 63 lotes. É cortada por uma estrada (estrada da Baixa verde), atualmente abandonada, mas que em épocas passadas era o principal caminho para o município de João Câmara.

No assentamento, os únicos recursos hídricos disponíveis são: o lençol freático e o aquífero fissural subterrâneo. O potencial de águas subterrâneas é considerado alto e a qualidade é quase sempre muito boa, não obstante a ocorrência do aquífero fissural associado aos calcários em que sua dissolução natural pelo fluxo d'água subterrâneo induz altas concentrações de sais de cálcio e magnésio, resultando comumente numa água salobra.

Por ocasião da desapropriação, já havia um poço artesiano, com 150 m de profundidade e capacidade de 2,0 m<sup>3</sup>/h, com tubo de ferro de 150 mm de diâmetro, que atualmente encontra-se desativado. Houve tentativa de reativação que não apresentou resultados.

O lixo produzido no Assentamento é depositado nos fundos dos quintais e, queimados, sendo que alguns assentados cavam buracos para acumulação e depois processam a queima.

Verifica-se que os principais problemas são: a utilização de sacolas plásticas, onde se processa o recolhimento do lixo nas residências, as quais depois de cheias são jogadas nos depósitos individuais, ocasionando algumas vezes o desprendimento de partes que são levadas pelo vento; a perfuração destas sacolas por galináceos criados por algumas famílias; o

lançamento de lixo sem nenhuma proteção advindo de recolhimento em depósitos (baldes plásticos, cestos etc.).

O uso de agrotóxicos no Assentamento Chico Mendes é pequeno, resumindo-se, basicamente, à aplicação de formicidas. Os/as agricultores/as não dão a devida atenção aos produtos que manuseiam, desacreditando dos problemas que podem representar. Além de não usarem nenhum tipo de proteção, costumam descartar as embalagens no “meio do mato” ou enterrá-las nos lotes. Alguns tipos de embalagens plásticas às vezes são reutilizadas como recipientes para os mais diversos fins, inclusive como depósito de água para consumo humano.

Em termos de infra-estrutura com condições de utilização e operação, o Assentamento Chico Mendes dispõe de equipamentos de uso coletivo que foram adquiridos com recursos de financiamento dos próprios assentados (tratores, pipas, grades etc.) e pertencem às associações, que cobram pelos seus usos. Os equipamentos de uso individual (pulverizadores costais e cultivadores) foram adquiridos do mesmo modo, sendo administrados por cada assentado. Os assentados possuem ainda diversos utensílios agrícolas que são utilizados em diferentes etapas dos cultivos.

O subsistema de criação é caracterizado pela bovinocultura em sistema semi-extensivo explorado por todas as famílias do assentamento e apicultura explorada por 8 (oito) famílias. Além disso, os assentados criam galinhas, patos, cavalos. A criação é feita de forma individual. O rebanho bovino teve origem na compra de animais para serviço (boi) e duas vacas para produção de leite por família, visando o consumo destas, utilizando recursos do PRONAF-A Investimento e, portanto, não tem caráter comercial. Funcionam como bens de reserva, para ocasiões de dificuldades financeiras ou de saúde. Mesmo com algumas perdas resultantes da falta de conhecimentos e de assistência técnica, o rebanho tem evoluído de maneira lenta.

A apicultura é outra atividade no assentamento que já possui 240 colméias com 8 (oito) famílias que as exploram. São mantidas nos lotes de cada produtor e esporadicamente são conduzidas para a área de reserva legal. O manejo das colméias é caracterizado como inspeções semanais, procurando se não há ocorrência de predadores e tomando-se o cuidado para observar se há danos físicos.

As culturas exploradas no assentamento são: caju, mandioca e milho consorciado, seguido de capineiras formadas de capim napier. A área total de cultivo agrícola do Assentamento Chico Mendes é de 454,75 hectares.

A cultura com maior área cultivada é o caju com 157,5 hectares, representando 34,63% da área plantada. A mandioca ocupa a segunda maior área com 126 hectares, representando 27,7%. As capineiras ocupam 94,5 hectares, representando 20,78% e o milho ocupa 63 hectares ou 13,85%.

No subsistema de beneficiamento predomina o beneficiamento de mandioca nas chamadas “casas de farinha”. Há também debulhadeiras, que fazem o descasque ou “bateção” (como normalmente é conhecida junto aos produtores), mas não pode-se considerar como um subsistema de beneficiamento, auxiliando apenas no preparo dos grãos para venda primária.

Entre os Sistemas, há presença em comum das culturas de caju, milho, mandioca, capim napier, da criação de bovinos e o beneficiamento da mandioca. As atividades agrícolas são as mais exploradas, destacando que a cultura do caju poderá representar um incremento em suas rendas, principalmente se for implantada uma estrutura para beneficiamento da produção, podendo, dessa forma, agregar valor aos seus produtos.

A cultura da mandioca representa uma importante atividade, contribuindo significativamente na composição da renda familiar, pois ocorre agregação do valor aos produtos com o beneficiamento da mandioca para fabricação de farinha e amido (também

chamado de goma), participa do consórcio na plantação com o milho e ainda fornece ramas após colheita, para alimentação do rebanho.

A comercialização dos produtos é realizada de forma individual, utilizando-se como canal a Feira do município de João Câmara, que é realizada uma vez por semana, e atravessadores que vêm adquirir os produtos nas próprias Agrovilas. Foi constatado que nunca houve por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN a preocupação de fortalecer o processo de discussão no sentido de apoiar os/as assentados/as do Assentamento Chico Mendes e de outros assentamentos existentes nas proximidades para alterar esta forma de comercialização tão prejudicial aos mesmos.

No Assentamento, existe um pequeno comércio para as principais emergências dos seus moradores, cujos produtos são originários principalmente da cidade de João Câmara, normalmente no dia das feiras livres.

As famílias utilizam os seus quintais para plantios de fruteiras, hortaliças, essências florestais e medicinais, visando à complementação de sua alimentação e o preparo de remédios caseiros. Além disso, ocorre a criação de pequenos animais, como aves (principalmente galinhas).

Atualmente existe uma escola, mas não tem creche. As crianças e jovens estudavam em distritos rurais localizados até 9 Km do Assentamento e na sede do município de Touros (54 Km). Os professores são todos concursados, têm formação de segundo grau, estão estudando pedagogia e alguns têm especialização.

Serviços públicos médico-odontológicos são disponibilizados de segunda a sexta-feira, no Posto de saúde da localidade Arribão, a 4 Km do Assentamento Chico Mendes. A assistência médica é realizada por uma equipe do Programa de Saúde Familiar - PSF, composta por um médico, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e uma agente de

saúde e o atendimento odontológico, por um dentista e uma auxiliar, através do Programa Saúde Bucal. A agente de saúde é assentada no Chico Mendes. Nos casos de emergência, o médico do PSF atende em domicílio. Todas as casas têm banheiro dentro de casa e fossas sépticas, porém não têm água encanada nem rede de esgoto.

Nas Agrovilas Chico Mendes I e II há poços com boas vazões, mas com problema de calcário, o que dificulta o uso para consumo humano, sendo utilizado para a dessedentação dos animais, lavagem de roupas e utensílios domésticos e molhagem de plantas. Na agrovila Chico Mendes I, o abastecimento da água para o consumo humano é feito pelos próprios assentados, utilizando tambores principalmente de plástico transportados em carroças a partir de um povoado a 2 km do Assentamento, enquanto o poço com 260 m de profundidade e vazão de aproximadamente 42.000 l/h, localizado no extremo da área comunitária, fornece água para os demais usos familiares. Atualmente, existe um sistema de abastecimento d'água a partir de um projeto financiado pelo Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR, realizado no ano de 2004.

O serviço de distribuição de energia elétrica é executado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e está disponível para todo o assentamento. Todas as casas possuem energia elétrica.

As duas agrovilas possuem um telefone público, cada. Não existe telefone residencial. Apenas algumas pessoas têm telefone celular, assim mesmo, com muita dificuldade de conseguir sinal.

Não há serviço de Correios, sendo que as correspondências enviadas para o assentamento ficam na sede dessa empresa, em Touros, onde os representantes das associações recolhem-nas para entregar aos destinatários.

A movimentação de transporte é bastante reduzida, restringe-se aos ônibus que levam os estudantes diariamente para Touros, João Câmara e comunidades vizinhas ao

Assentamento, assim como carros que vão para as feiras semanais de João Câmara e fazem fretes para estas e outras cidade.

A guarda (crença religiosa) de dias santos, tais como quinta e sexta-feira da semana santa, a comemoração do São João, São Pedro e Santo Antônio, são tradições culturais da população do Assentamento. Não existem templos religiosos edificadas, mas a religiosidade é característica marcante. A orientação católica tem maior penetração, mas existem os que preferem as religiões protestantes. As pessoas se divertem assistindo televisão (novelas e futebol), jogando futebol de campo e usando bebidas alcoólicas. Os jovens não se satisfazem com estas formas de se divertir, reclamam da falta de um espaço para realizarem festas, encontros, atividades culturais e da dificuldade do acesso às informações.

No ano de 1998, iniciaram-se os trabalhos de assistência técnica através de uma equipe multidisciplinar do Projeto Lumiar, um programa do Governo Federal voltado exclusivamente para as áreas de reforma agrária. A equipe que trabalhou no assentamento era do SEAPAC (Serviço de Apoio dos Projetos Alternativos Comunitários), entidade ligada à Igreja Católica, formada por técnicos das áreas agrícola e social, que prestavam, junto de outro assentamento, o assessoramento técnico e social exclusivo para essas áreas. Depois de encerradas as atividades do Lumiar, o assentamento ficou sem assistência técnica.

No Assentamento alguns/mas moradores/as são beneficiários/as, em número bastante reduzido, de programas governamentais entre eles: bolsa-família, bolsa-escola, vale-gás etc. Relacionado com a produção, alguns assentados estão em entendimento com a Companhia Nacional de Abastecimento, objetivando vender parte da produção para o Programa Compra Direta da produção da agricultura familiar. Alguns receberam sementes doadas pelo Governo do Estado. Ressalta-se que a Associação do Assentamento Chico Mendes I está iniciando um plantio de algodão, com semente doada também pelo Governo do Estado.

Quanto a planos, projetos ou programas relacionados ao meio ambiente não foi constatado nenhum que tenha atuação direta no assentamento ou no seu entorno a nível dos governos federal, estadual ou municipal.

### **Capítulo III – Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC**

#### **Concepção, Constituição e Contextualização**

O Programa de Reforma Agrária do país enfrenta dois desafios: vencer as dificuldades que envolvem a aplicação dos mecanismos utilizados na aquisição da terra, principalmente a desapropriação; e prover os/as agricultores/as dos demais meios de produção e de apoio institucional, de forma a criar condições de assegurar aceleradamente a auto-suficiência das famílias, como uma das exigências essenciais para se reduzir os prazos de intervenção do Poder Público em cada projeto e otimizar sua capacidade de adquirir mais terras e implantar novas áreas de assentamentos.

A tarefa de planejar a organização do assentamento — a mobilização da assistência técnica e a execução das obras de infra-estrutura de suporte à sustentabilidade do seu desenvolvimento —, quando não conduzida de forma adequada, pode inviabilizar a criação das pré-condições requeridas para se alcançar a sustentabilidade pretendida, requerendo a utilização de recursos metodológicos mais eficazes que os empregados anteriormente.

Um dos principais pré-requisitos para garantir esses propósitos consiste em associar a planificação dos assentamentos à expectativa de destinação efetiva de recursos financeiros compatíveis com as necessidades de sua implementação, bem como adotar procedimentos de participação dos próprios assentados na construção dos seus planos de desenvolvimento, sob pena de suas diretrizes ficarem comprometidas por falta de adesão consistente dos beneficiários ou mesmo pela inexistência de identificação com a realidade socioeconômica e ambiental do projeto.

Nessa perspectiva surge o Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC como resultado de um acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), mediante o Contrato de Empréstimo 1248 OC/BR, assinado no dia 07/12/2000 (em anexo). O Programa veio preencher essa lacuna, na medida em que prevê, por um lado, a contribuição de aportes financeiros para investimentos em projetos de assentamentos já existentes, mas carentes de infra-estrutura e assistência e, por outro, o condicionamento para acesso ao financiamento à aplicação de princípios normativos, critérios e normas operacionais e mecanismos institucionais definidos em regulamento próprio, cuja tônica tem como premissa o planejamento participativo. O/a assentado/a integra de modo efetivo a elaboração do Plano de Consolidação de seu assentamento – recomendando, com destaque, a utilização, entre outras, da metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). O conceito de emancipação neste Programa está ligado ao conceito de auto – suficiência das famílias.

O programa, pelas suas características de projeto piloto, delimitou inicialmente sua atuação aos assentamentos da Reforma Agrária com no mínimo 50 famílias, criados entre os anos 1986 e 1998, em sete estados, beneficiando 75 assentamentos e 14.400 famílias, incluídos nas seguintes regiões: Nordeste: Maranhão e Rio Grande do Norte; Centro-Oeste: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Sudeste: Minas Gerais; Sul: Paraná e Rio Grande do Sul. Os recursos disponíveis para a execução do programa totalizam US\$ 85 milhões, dos quais US\$ 51 milhões provêm de empréstimo do BID e o restante do Governo Federal.

O PAC é executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Unidade Executora do Programa (UEP) e da Unidade Técnica Estadual (UTE). A administração dos recursos financeiros e execução das obras, ações e serviços são de responsabilidade das famílias assentadas por meio das Organizações Comunitárias existente. A autarquia repassa e fiscaliza a aplicação dos recursos, além de apoiar e orientar sobre a execução das obras, ações e serviços previstos no Plano de Consolidação de Assentamento (PCA), por meio de Unidades Técnicas Estaduais.

Atualmente, presente em oito estados, incluindo recentemente o estado de Sergipe, o PAC faz parte das políticas públicas implantadas nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os assentamentos que integram o Programa são indicados pelas respectivas Superintendências estaduais do INCRA, com base nos critérios definidos no Regulamento Operativo do PAC (em anexo). Para a escolha dos assentamentos, são observados itens como: localização, número de famílias assentadas e potencial econômico da comunidade, entre outros. Além disso, é preciso que pelo menos 80% das famílias tenham a situação da terra regularizada e que 90% dos/as agricultores/as tenham acessado o Crédito de Implantação do INCRA. Existe ainda a exigência de haver uma associação ou cooperativa constituída para representar os/as trabalhadores /as rurais.

Atualmente, existe o PAC Regional, que é uma iniciativa-piloto que está sendo implantada no Mato Grosso (onde há um projeto já em desenvolvimento e outros dois em elaboração) e no Rio Grande do Sul. O enfoque no desenvolvimento territorial partiu das experiências do PAC nos 08 (oito) estados onde está sendo desenvolvido o Programa. Os convênios do PAC Regional têm um período de execução de 02 (dois) anos e levam em consideração as necessidades regionais específicas de cada assentamento.

Estado	Quantidade de assentamentos atendidos	Total de famílias já atendidas
Maranhão	6	1043
Sergipe	8	759
Rio Grande do Norte	13	1416
Mato Grosso	17	2479
Mato Grosso do Sul	9	1899
Minas Gerais	12	935
Paraná	6	1854
Rio Grande do Sul	11	845
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>11.230</b>

As iniciativas do Programa vão desde a demarcação topográfica à construção e recuperação de estradas, passando pela instalação de sistemas elétricos, postos de saúde, escolas, saneamento básico, irrigação, obras de cunho social e de apoio coletivo, melhoria da produtividade dos solos e gestão ambiental.

Também são oferecidos serviços de assistência técnica exclusiva durante os 03 (três) anos de vigência do PAC no assentamento e cursos de capacitação para as famílias assentadas. As obras e os serviços são viabilizados por meio de convênios firmados entre o INCRA, as associações de agricultores/as e as prefeituras locais.

O PAC tem como objetivo principal desenvolver e implantar um sistema para consolidação dos assentamentos resultantes da reforma agrária no Brasil, visando alcançar sua independência com relação ao INCRA e o fortalecimento das famílias assentadas enquanto agricultores/as familiares, proporcionando a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e conquista da cidadania. Noutras palavras, este programa vai ajudar os/as assentados/as a se tornarem agricultores ou agricultoras familiares independentes, tornando-os/as donos/as de suas próprias vidas.

Como objetivos específicos, o PAC oferece: (1) Aperfeiçoar os procedimentos de consolidação de assentamentos da Reforma Agrária utilizados pelo INCRA, melhorando sua capacidade institucional; (2) Acelerar o processo de desenvolvimento sustentável das famílias assentadas por meio da realização de investimentos em infra-estrutura social e produtiva, do apoio técnico/organizacional e da melhoria da capacidade produtiva; (3) Fortalecer a organização e participação das famílias assentadas – homens, mulheres, jovens e idoso/as – nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas pelo PAC, visando à conquista e consolidação de sua autonomia, enquanto pessoas e como agricultores/as familiares; (4) Criar as condições sociais, ambientais, técnicas e

econômicas que assegurem um nível mínimo de renda das famílias assentadas, possibilitando melhores condições de vida no assentamento.

A concepção de Consolidação do PAC reza que um assentamento está consolidado quando ele atinge as condições de sustentabilidade social, econômica e ambiental, conta com o apoio institucional local e as famílias assentadas adquiriram a capacidade de “caminhar com as próprias pernas.” Ou seja, elas têm assegurado o atendimento de suas necessidades básicas quanto à educação, saúde, moradia, saneamento básico, condições de produção, estradas e demais serviços essenciais para uma vida digna no assentamento e conquistaram sua autonomia enquanto agricultores/as familiares, com capacidade para buscar o acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar (crédito, assistência técnica, preço mínimo, etc) e aos demais direitos sociais (saúde, educação, lazer moradia, previdência social, etc).

Como resultados esperados, o Programa prevê: (1) Um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado; (2) 75 projetos de assentamento da reforma agrária consolidados, envolvendo cerca de 12.000 famílias; (3) Renda líquida por família assentada equivalente a 02 (dois) salários mínimos mensais, a partir do terceiro ano do Programa; (4) Estender o Programa para todos os assentamentos em condições de se consolidar no País.

O Programa irá atuar buscando aperfeiçoar o processo de consolidação dos assentamentos de reforma agrária através de: Formulação de Planos de Consolidação de Assentamento – PCA's com a participação ativa das famílias assentadas que detalham todas as ações necessárias para o desenvolvimento e a consolidação do assentamento; Implantação de investimentos complementares em infra-estrutura social, econômica, ambiental; Garantia, durante 3 (três) anos, de assistência social e técnica, capacitação das famílias assentadas e apoio para o acesso ao crédito rural, disponibilizado pelo PRONAF; e Fortalecimento da

organização e participação ativa das famílias assentadas nas tomadas de decisão, no planejamento das ações, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas pelo PAC, sendo este o eixo central do Programa.

Essa estratégia deverá minimizar o envolvimento do INCRA e focar a autonomia das famílias assentadas com o apoio das municipalidades e demais parceiros locais.

A participação local acontece através da celebração do Convênio de Execução, as partes envolvidas - Associação de Assentados/as, Município e INCRA - se comprometem com a implementação integrada do Plano de Consolidação, tendo cada um suas responsabilidades específicas.

A Associação de Assentado/as participa ativamente desde a elaboração do PCA definindo em conjunto com a equipe técnica, às ações e Projetos a serem financiados pelo PAC no assentamento. É a responsável direta pela gestão/administração dos recursos financeiros e execução das obras, ações e serviços financiados pelo Programa, bem como pela gestão coletiva dos mesmos, em comum acordo com as Unidades Técnicas Estaduais. Ela também deverá assumir parte ou a totalidade da contrapartida local de no mínimo 10%, prevista no contrato de empréstimo, a ser paga em dinheiro ou prestação de serviços, com exceção das obras de cunho social relativas à educação e saúde, cuja responsabilidade constitucional é do Município.

Quanto à assistência técnica, os próprios beneficiários deverão realizar contrapartida de 10% e 20% do montante investido, no segundo e terceiro ano do Programa, respectivamente, e de 30% no quarto ano, em caso de prorrogação do Programa por mais um ano.

A Prefeitura participa já na elaboração do PCA. Cabe ao município a operacionalização e manutenção de obras e serviços nas áreas de educação, saúde e

saneamento, além de estradas, articulada com as Associações de Assentados/as e com a Coordenação Nacional do PAC, por meio das Unidades Técnicas Estaduais. Da mesma forma, de acordo com suas atribuições constitucionais, é também de responsabilidade do município o pagamento da contrapartida de no mínimo 10% das obras sociais (educação e saúde), podendo, eventualmente, assumir parte da contrapartida local de outras obras, prevista no contrato de empréstimo, definida em comum acordo com as organizações das famílias assentadas.

Quanto ao detalhamento dos financiamentos do Programa, poderão ser:

1. Obras e Ações quanto à produção, infra-estrutura básica, áreas social e ambiental: (1) Construção e conservação de estradas internas do assentamento; (2) Sistemas elétricos – linha tronco, distribuição e ampliação da potência que permita a melhoria da atividade produtiva; (3) Saneamento básico – sistemas de abastecimento de água, açudes, poços e cisternas, drenagem, coleta e tratamento de lixo, proteção de nascentes, módulos sanitários; (4) Melhorias habitacionais; (5) Obras e equipamentos de cunho social – escolas; postos de saúde; creches; centros comunitários, dentre outros; (6) Obras de apoio produtivo coletivo (armazéns, silos, pequenas agroindústrias, depósitos e outras edificações) e equipamentos comunitários de apoio à produção de caráter coletivo; (7) Capacidade produtiva dos solos – recuperação e conservação de solos; adubação; (8) Gestão ambiental – reflorestamentos, sistemas agroflorestais, proteção e manejo de reservas, manejo florestal, educação ambiental, licenciamento, etc; (9) Irrigação – captação e aproximação coletiva de água para irrigação; (10) Demarcação topográfica – complementação de serviços de topografia e demarcação, caso exista alguma pendência.

2. Assistência Técnica, Social e Ambiental – é exclusiva durante os 03 anos de vigência do Programa no assentamento. A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, de um/a agrônomo/a, um/a técnico/a de nível superior da área social com experiência em organização

(sociólogo/a, antropólogo/a, assistente social, pedagogo/a, etc), e outros técnicos/as – em função do número de famílias – um/a auxiliar administrativo.

Poderão ainda ser contratados/as técnico/as especializado/as para assistência por um tempo determinado (no máximo seis meses), de acordo com a necessidade específica programada no PCA.

A contratação desses serviços de pessoa jurídica (empresa privada, Organização Não Governamental – ONG, Cooperativa de Trabalho, etc), será feita pela Associação de Assentados/as.

3. Capacitação – participação das famílias assentadas em cursos, treinamentos, estágios, viagens de troca de experiências e outros eventos nas áreas de produção, gestão, direitos sociais e outros, totalmente financiado pelo PAC, sendo dispensada a contrapartida da comunidade.

O Programa não financia insumos e equipamentos para produção: adubos, sementes, defensivos, animais de criação, currais e cercas, máquinas e equipamentos agrícolas, vacas mecânicas, alambiques, estes deverão ser negociados pelo Crédito Rural PRONAF. Há gestões do Programa para assegurar o acesso a esta linha oficial de crédito às famílias assentadas beneficiadas pelo PAC; Habitações individuais, terrenos, ambulâncias, unidades médico-odontológicas móveis, veículos motorizados, dentre outros.

Coerente com as diretrizes do Programa - PAC e com uma metodologia adequada as diferentes etapas de elaboração do plano foram realizadas observando todos os passos do Diagnóstico Rápido Participativo, de forma combinada com o Diagnóstico de Sistemas Agrários – facultado pelo Regulamento Operativo do PAC, compondo uma matriz de dupla entrada em que se integram os diferentes procedimentos de levantamento da realidade do assentamento – suas características, fatores limitantes e potencialidades para seu desenvolvimento, propostas de mudanças – bem como de identificação de sistemas agrários e

sistemas de produção atuais e futuros indispensáveis para fundamentar a avaliação de viabilidade das proposições formuladas.

Sob o tópico Diagnóstico, seguindo o Roteiro Básico do Regulamento do PAC, a caracterização dos diferentes temas da realidade do assentamento, bem como a avaliação crítica dos assentados sobre suas demandas, potencialidades, restrições de desenvolvimento, com suas propostas de ações e projetos e hierarquização de prioridades.

Na relação de temas compreendidos sob o título Programação para o Desenvolvimento são descritos os objetivos, as metas, o cenário futuro projetado, com o delineamento de sua trajetória prospectiva, bem como a descrição dos diferentes programas setoriais envolvidos, com a indicação dos correspondentes projetos específicos e orçamentos.

Sob o tema Avaliação Econômica e Financeira, são descritos os resultados dos estudos de viabilidade dos sistemas produtivos, com a apresentação das análises financeiras dos modelos produtivos que retratam as características típicas das famílias em cada grupo homogêneo identificado no diagnóstico, das análises financeiras dos modelos agroindustriais propostos, e das análises financeira e econômica globais do Plano de Consolidação, bem como dos valores de investimentos totais do plano e das diferentes fontes de financiamento. Em volume à parte, são apresentados os detalhamentos dos projetos específicos, assim como os correspondentes projetos básicos, em condições de subsidiar a instrução dos processos de colocação das obras em licitação.

O processo de construção do Plano de Consolidação do Assentamento de Chico Mendes teve como referência metodológica básica os princípios enunciados na formulação do Programa PAC, com ênfase especial no propósito de promover uma combinação democrática entre o saber popular e o científico, buscando combinar a incorporação da visão dos assentados sobre o contexto socioeconômico em que vivem e o apoio de equipes técnicas

empenhadas em assessorá-los na identificação de suas necessidades concretas e na superação dos seus problemas.

Assim, para construir na prática o instrumental de diagnóstico, análise e planejamento de ações, privilegiando a interação dialógica entre técnicos e assentados – a fim de identificar problemas, suas causas e possíveis soluções –, a metodologia utilizada reuniu de forma integrada o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA).

Através do DRP, perseguiu-se uma abordagem pedagógica construtivista voltada para as características dos assentamentos rurais, em que os assentados, a partir do conhecimento de sua situação, atuam como agentes de intervenção e transformação de sua própria realidade.

Mediante o DSA e com o mesmo sentido participativo, a metodologia foi empregada de forma centrada na visão dos/as agricultores/as, quanto aos aspectos produtivos, envolvendo pesquisa de campo, análise e sistematização de informações. Com sua aplicação em pesquisa direta, foi possível caracterizar os principais sistemas produtivos, suas práticas tecnológicas, sociais e econômicas, identificando os principais tipos de produtores.

Para cumprir os estágios de construção do plano através dos momentos de expressão e descrição da realidade, de crítica do material expresso e de criatividade, os trabalhos envolvendo as duas metodologias desenvolveram-se em duas etapas de um mesmo processo, distinguindo-se o Diagnóstico e o Planejamento.

As propostas, conseqüências naturais do Diagnóstico, foram norteadas pelo regulamento operacional do PAC, no que se refere aos recursos disponíveis, parcerias com entidades, fontes de financiamento e de créditos, incluindo a busca por outros recursos para implementação de ações necessárias para a consolidação do assentamento. As propostas também visaram atender às potencialidades verificadas nos mercados locais e regionais para

os produtos propostos e, em última análise, a sustentabilidade ambiental e econômica do assentamento.

Do coroamento do esforço de realização do diagnóstico participativo com a caracterização dos diferentes aspectos da realidade atual do assentamento e a conseqüente discussão e avaliação das suas potencialidades, limitações e desejos de mudança, bem como a formulação de propostas de atuação com seleção de prioridades para se alcançar os objetivos gerais do plano.

### **Implantação do PAC no Assentamento Chico Mendes**

O Programa teve o início de sua execução no Assentamento Chico Mendes com o enquadramento do assentamento nos critérios de exigência do programa, citados anteriormente. Dentro desses critérios citavam a quantidade de famílias, o período de criação do assentamento, a escolha pela Unidade Técnica Estadual do INCRA no estado do Rio Grande do Norte, ter realizado o Plano de Consolidação do Assentamento, entre outros fatores que contribuíssem para a delimitação da seleção.

Para implantação do programa, foram realizadas várias reuniões no assentamento com a coordenação do PAC/INCRA e representações das famílias do assentamento para eleger as prioridades a partir da reflexão e validação do diagnóstico. Foram eleitas as comissões para acompanhamento, exigidas no programa, para realização das ações. As reuniões foram realizadas na casa de farinha, dentro do assentamento, na agrovila I no sentido de compatibilizar as demandas, prioridades, vantagens, desvantagens, os recursos financeiros destinados, os parceiros, contrapartida, de modo a tornar as ações pretendidas, realizáveis, incluindo a busca por outras fontes de recursos para execução de ações complementares e necessárias a consolidação do assentamento.

No dia 29 de maio de 2004, foi realizada uma assembléia para a reafirmação do PCA, dos projetos e ações por comissão temática. Foram apresentados os projetos eleitos

como prioridade pelas comissões as quais foram referendadas pela assembléia. O dia 1º de junho de 2004 realizaram uma assembléia para pactuação do apoio e contrapartida da prefeitura municipal de Touros na participação nos projetos e ações a serem desenvolvidas pelo programa. Esta reunião contou com a presença do prefeito de Touros, representação do assentamento e demais lideranças comunitárias da circunvizinhança.

Em dezembro de 2005, foi assinado o convênio de nº 49.000/2005 (em anexo) celebrado entre o INCRA/RN e a Associação do Assentamento Chico Mendes I com a interveniência da Prefeitura Municipal de Touros. Este foi um marco na história do assentamento e para construção e implementação de uma política pública no que se refere às políticas relacionadas às questões ligadas a assentamentos da reforma agrária no país. Para o município, isso representa um patrimônio sem precedentes, considerando o volume de recursos financeiros, materiais e humanos destinados para implementação de um programa no âmbito da gestão do município. Na sua totalidade, o programa envolve várias políticas públicas como: educação, saúde, habitação, lazer e recreação, geração de trabalho e renda, transporte, desenvolvimento agrário e agrícola, saneamento, meio ambiente, previdência, tecnologias, políticas sociais e culturais, comunicação, agroindústrias, comércio, exercício da cidadania, entre outras.

A implantação do PAC foi resultado do convênio realizado para execução do Plano de Consolidação do Assentamento (PCA) – é uma proposta para o desenvolvimento sustentável do assentamento e foi elaborado a partir da realidade das famílias assentadas, em conjunto com uma equipe técnica específica para este fim e que, também envolveu o município. O PCA é um documento com informações (diagnóstico) do assentamento e propõe a realização de projetos e ações para o desenvolvimento.

A partir da elaboração do Diagnóstico e do Planejamento, foram feitas as propostas de Programas e Projeto para o desenvolvimento do Assentamento:

### **Programas Produtivos**

1. Produção Agropecuária tem como objetivos: (1) Promover o desenvolvimento técnico-econômico e social do Assentamento Chico Mendes, fortalecendo as atividades produtivas economicamente viáveis propostas no PCA, aumentando a renda familiar, a partir das estruturas de produção existentes e fortalecidas pelo PAC; (2) Consolidar junto às famílias, a exploração da cultura do Caju e a exploração de mandioca para a produção.

2. Recuperação da capacidade produtiva do solo. No assentamento há uma predominância dos solos do tipo Latossolo Amarelo, com boa fertilidade natural e textura arenosa, mas com baixos teores de fósforo assimilável. Apesar das boas características dos solos do assentamento, revelou-se necessário corrigir suas deficiências químicas com a realização de correção fosfatada para que ocorram as produtividades esperadas no presente plano de desenvolvimento.

Corrigir a deficiência de fósforo em parte da área do assentamento que permitirá ganhos de produtividades em plantios a serem cultivados e de pesos nos animais, bem como conscientizar os assentados da necessidade de proceder análise e correção de solos, de acordo com cada cultura;

3. Produção agroindustrial e equipamentos de apoio produtivo. No assentamento existe necessidade de construção de duas agroindústrias, sendo uma para beneficiamento de mel e outra para beneficiamento de castanha de caju, além do melhoramento e ampliação da casa de farinha localizada na Agrovila I e melhoramento, recuperação e instalação de um forno da casa de farinha da Agrovila II, para dinamizar a produção da mandioca, caju, e produtos apícolas, elevando, assim, a condição de cultivo predominantemente de subsistência para um nível de produção comercial, capaz de justificar seu beneficiamento e assegurar margens de lucro compensadoras para contribuir na formação da renda familiar em bases mais satisfatórias.

Constitui objetivo deste projeto: (1) Efetuar melhorias nas duas unidades de beneficiamento de mandioca existentes, mais comumente chamadas de casas de farinha, e adquirir um forno rotativo elétrico, visando dinamizar a produção da mandioca como componente básico dos sistemas produtivos, configurados nos dois sistemas propostos, elevando-a da condição de rústica, para agroindústria com melhores condições higiênicas e com sistema de esgotamento industrial que atenda a Resolução Conama 020/1986 e a NBR 7229 de setembro de 1993, capaz de justificar seu beneficiamento e assegurar margens de lucro compensadoras para contribuir na formação da renda familiar em bases mais satisfatórias; (2) Implantar o sistema de beneficiamento de mel local permitindo agregar valores ao produto, com vistas a promover a venda direta para supermercados, laboratórios e outros grandes compradores e aumentar a oferta de empregos no assentamento; (3) Promover o beneficiamento da castanha produzida no assentamento através de uma unidade construída e equipada, favorecendo a geração de empregos diretos e possibilitando a inserção dos assentados no mercado de castanha de caju, altamente promissor; (4) A exploração da apicultura tem sido responsável por vários casos de sucessos de pequenos produtores rurais, inclusive em vários assentamentos no Estado do Rio Grande do Norte, com bom volume de exportação e alcançando bons preços médios o ano todo.

4. Produção não agrícola: Embora o assentamento não registre tradição da prática de atividades não agrícolas, a assistência técnica deverá incluir, entre seus compromissos, o estímulo à produção artesanal de doces, geléias, licores e outros a partir do aproveitamento do pedúnculo do caju e de outras fruteiras, principalmente das que serão cultivadas nos quintais ecológicos.

### **Comercialização e Abastecimento**

As precárias formas de comercialização dos produtos identificados no diagnóstico, caracterizando o predomínio das vendas individuais sem estruturas de

organização associativista centralizada e sem controle de qualidade dos produtos, assim como sem volume mínimo e regularidade de oferta, tem sido apontadas como um dos fatores desfavoráveis ao desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes. A comercialização dos produtos gerados é que possibilitará a continuidade do projeto nas dimensões de um desenvolvimento sustentável e humano, com respeito ao meio ambiente, sendo, portanto de importância vital que assegure aos assentados/as uma renda capaz de suprir suas necessidades e poder de competir nos mercados locais e regionais.

O projeto de comercialização tem como finalidade principal criar a estrutura de organização capaz de proporcionar ao assentamento a inserção dos seus produtos nos mercados, de forma compatível com o volume de oferta projetada para os diferentes sistemas produtivos, assegurando-se preços e margens comerciais razoáveis, necessários à obtenção de renda familiar desejada.

#### **Agenda Ambiental**

As atividades de gestão ambiental do assentamento deverão ser desenvolvidas no âmbito da gestão global do assentamento, mediante a criação de Grupo Temático de Produção e Ambiental, na forma de uma unidade nucleada junto à Coordenação Geral, que deverá dar suporte de integração entre essa coordenação e os grupos temáticos de gestão ambiental da associação, bem como de articulação com a Prefeitura de Touros e demais parceiros e agentes externos, comprometidos com as questões ambientais que afetam o assentamento – merecendo destacar a necessidade de se estabelecer especial integração interna com o Grupo Especial de Administração.

Para atender à necessidade de promover medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos e a sustentabilidade agroecológica do desenvolvimento pretendido, a Agenda Ambiental prevê a realização dos seguintes projetos e ações:

1. Proteção das Reservas: As áreas de Reserva Legal deverão ser protegidas com supervisão e monitoramento dos grupos temáticos de Gestão Ambiental e acompanhamento da Assistência Técnica ainda que não se incluam como campos de produção. Sobre as áreas de Reserva Legal o Diagnóstico identifica ocorrências de passivo ambiental que ensejam medidas corretivas e de conservação ecológica. A educação ambiental será através de sensibilização e cultivo de essências florestais nos lotes que permitirá produção de lenha e carvão.

2. Quintais Ecológicos têm como finalidade melhorar a alimentação dos assentados e de aumentar o uso de medicamentos caseiros, comuns na região. Este projeto visa transformar os atuais quintais em espaço ecológico, mediante plantio de frutíferas e de essências florestais e medicinais adaptadas à região, com mudas a serem adquiridas e produzidas no próprio assentamento, e ainda com distribuição de sementes.

A implantação de uma cozinha semi-industrial no Centro de vivência aliada a um processo de capacitação, principalmente em doces e outros produtos caseiros, vai de encontro a esta proposta e certamente dará condições às famílias de melhorar suas rendas e necessitará de mais área plantada.

3. Reflorestamento de Parte dos Lotes Individuais – Visando incentivar os assentados em promover o reflorestamento do seu lote com vista a ter um manejo desta área para a produção de matéria prima para produção de lenha.

O reflorestamento de parte dos lotes individuais procura substituir o extrativismo predatório de lenha na área de Reserva Legal do assentamento, por um projeto para geração de produtos florestais comercializáveis, numa abordagem econômica e ambiental.

4. Incentivo a Meliponicultura e Apicultura - face à constituição de um grande fator de polinização de plantas do cerrado e por ter uma diversidade de plantas com florações diversas e alternadas, torna-se um habitat perfeito a criação de abelhas, funcionando como

catalisador de aumento de frutos. Não obstante a previsão de um modelo de exploração do tipo familiar, é preconizada a instalação e o processamento de 492 colméias para permitir a gestão centralizada da exploração de mel destinado à venda, buscando otimizar recursos locais.

O constante corte de árvore para produção de lenha e carvão e o estágio atual da vegetação dos lotes e da reserva legal torna-se imperiosa a necessidade de aumentar o quantitativo de árvore por metro quadrado nestes ambientes. Um dos fatores que contribuir para isto é a abelha pelo grande papel que exerce na polinização das plantas, em especial no cerrado e caatinga pela diversidade de plantas com floração diversas e alternadas, tornando-se um habitat perfeito para a criação de abelhas com e sem ferrão.

5. Arborização das Agrovilas - as ruas das agrovilas são desprovidas de árvores que possibilita grande em insolação nas residências e agroindústrias e com isto temperaturas muito elevadas nestes ambientes, o que se torna sufocante e prejudicial às famílias e aos trabalhadores/as. Este projeto objetiva o plantio de fruteiras e essenciais florestais nas ruas, espaços e construções públicas, com vista a melhorar condições climáticas, criações de espaços verdes e sombreamento nas respectivas agrovilas.

6. Sistema de Destinação de Lixo – objetivando apoiar a população das duas agrovilas para melhorar as condições da destinação do lixo e com isto diminuir os impactos negativos ao meio ambiente e doenças causadas pela destinação inadequada do mesmo.

Embora o volume diário de produção de lixo no assentamento não alcance níveis extremos e o lixo orgânico na sua composição seja em parte aproveitado para alimentação animal, os resíduos sólidos, principalmente embalagens tóxicas, sacolas plásticas e papel, jogados em céu aberto, queimados ou enterrados, representam riscos relevantes para os animais que podem ingeri-los e fator de poluição que cresce com o processo de sua dispersão e alimentação e ou acumulação.

comemorações, práticas esportivas, torneios e outros, capazes de favorecer a socialização e a integração das famílias, assim como suas articulações socioeconômicas e produtivas.

4. Centro de vivência: deverá ser implantado um Centro de Vivência em situação privilegiada articulada com a implantação da escola e da creche/brinquedoteca, buscando, com eles, formar um pólo de atração, fermentação cultural e afirmação social do assentamento, incluindo dependências internas apropriadas para grandes reuniões, gestão da associação com apoio de assistência técnica e local para o atendimento intermitente, mas regular e programado, dos serviços de assistência à saúde.

5. Melhorias habitacionais: independentemente do projeto específico do Módulo Sanitário que integra o Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento Básico, há necessidade de proceder melhorias habitacionais nas 63 casas face a diversos motivos: estado atual das casas; aumento do número de pessoas nas famílias; pequenas reformas emergências; falta de rebocos nas parte internas e externas de algumas casas; e falta de espaço para armazenamento da produção.

#### **Infra-estrutura Básica**

1. Sistema elétrico: o sistema de iluminação pública das agrovilas e das vias projetadas para darem acesso aos prédios que vão abrigar os novos equipamentos sociais e as pequenas agroindústrias, além das instalações agropecuárias e agroindustriais e das ligações domiciliares, são objetos do presente programa.

#### **Saneamento Básico**

1. Melhoria do sistema de distribuição de água: considerando que os poços existentes no Assentamento e que poderiam abastecer as agrovilas, apresentam-se com água com alta concentração de sais de cálcio, tornando imprópria para o consumo humano. No que se refere à perfuração de poços na região do Assentamento, estimada em quinhentos metros, o que torna absolutamente inviável a instalação a perfuração de dois poços pelo alto custo,

manutenção cara e difícil, alto consumo de energia e inadequação de seu uso para poucos consumidores, a alternativa mais viável foi: Implantar 63 cisternas de placas com vistas a dotar as residências de água com boas condições de uso para o consumo humano; Implantar 01 sistema simplificado de água na Agrovila II, com a construção de uma caixa d'água, rede de abastecimento e colocação de hidrômetros nas residências utilizando o poço com água calcária já existente e melhorar o sistema de abastecimento d'água do assentamento da Agrovila I com instalação de 40 hidrômetros.

2. Melhorias das instalações sanitárias: melhoramento de 63 módulos sanitários existentes, objetivando atender às questões sanitárias levantadas no Diagnóstico, deverão ser instaladas caixas d'água, aparelhos sanitários, colocação de pias, de caixas de descarga, construção de fossas sépticas e revestimento das paredes.

#### **Assistência Técnica**

O Programa de Assistência Técnica foi concebido em discussão com os/as assentados/as, tendo como pressupostos as normas do PAC, segundo as quais, a equipe técnica será contratada pela associação do próprio assentamento, através de licitação. Trata-se de um programa de caráter excepcional, diferenciado do tradicional, exclusivo para o assentamento, e terá uma visão mais ampla e integrada de assistência, devendo assessorar as famílias dos/as assentados/as nas formas organizativas atuais e futuras, nas unidades de produção e de transformação, no relacionamento com atores diversos e com o mercado, na proteção ao meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento local sustentável, à transformação de suas unidades produtivas em empresas familiares organizadas, voltadas para o mercado e auto-sustentáveis, através de um processo participativo e de integração com as políticas municipais.

## **Capacitação**

Para possibilitar a implantação de um sistema gerencial para as atividades propostas, a adoção de uma postura mais crítica e democrática, possibilitar novos conhecimentos e ações com a participação de todos os moradores, a construção de espaços mais representativos para a sociedade local, o melhor gerenciamento das instâncias locais, a competitividade nos mercados e aumentar a participação das mulheres, jovens e crianças na vida do assentamento, será implantado um Programa de Capacitação para atender às necessidades dos/as assentados/as na busca por melhorias sociais, culturais, políticas, econômicas, tecnológicas e no uso racional dos recursos naturais existentes.

### **Organização e Gestão para o Desenvolvimento do Assentamento**

A proposta de gestão para o Plano de Consolidação do Assentamento Chico Mendes foi definida levando em consideração a sua organização social e a experiência das famílias assentadas.

Através das ações de organização e gestão, serão fortalecidas formas organizativas existentes. Outras entidades poderão ser criadas no decorrer da execução do programa, como cooperativas, clubes de mães e de jovens, de modo a proporcionar um maior envolvimento dos sócios e demais membros das famílias nos problemas do assentamento.

### **Execução PAC no Assentamento**

No ano de 2006 teve início a execução do programa com a capacitação da comissão de licitação para a realização dos certames dentro das ações e projetos que estavam previstos no planejamento. A capacitação foi realizada com a equipe técnica da coordenação do INCRA/RN e os/as membros da comissão de licitação. A comissão foi formada por representação 05 membros do assentamento, tendo na comissão, a participação de 02 mulheres. A referida comissão foi formada com os/as assentados/as a partir da exigência do

próprio programa, sendo esta uma ação que tivesse envolvimento e a participação da comunidade no processo de construção e execução do programa.

Em março do referido ano, foi realizado o primeiro repasse dos recursos financeiros destinados à execução do programa, conforme planilha de desembolso, parte integrante do Plano de Trabalho (em anexo). O Plano de Trabalho é um documento onde está o detalhamento, as rubricas, metas, etapas/fase, desembolso contrapartida, os prazos, estão também identificadas e especificadas todas as ações e projetos e a serem executados no assentamento no âmbito do programa.

A partir da formação e capacitação da comissão de licitação, o assentamento estava apto a iniciar os processos de contratação de empresas e/ou entidades para a realização das ações previstas no Plano de Trabalho.

Algumas ações não foram implementadas como previstas, a exemplo citamos a construção das cisternas, que por ocasião de consulta a comunidade, e decisão por maioria em assembléia, foi então substituída pela construção da escola, tendo em vista que, o projeto da escola causar maior impacto na qualidade de vida das pessoas, havendo uma necessidade maior no sentido da viabilidade das condições de deslocamento associada a fragmentação de núcleos escolares nas comunidades vizinhas. Então, foi realizada a licitação, para a construção da escola no assentamento, tendo sido selecionada a empresa L4 no processo do certame, contratada em junho de 2006. A partir desse momento, tiveram início as obras de construção da Escola Municipal Chico Mendes, com previsão de término para setembro do corrente ano, com sua conclusão final em dezembro.

Compreendendo o período da contratação e início da construção da escola, ocorreu a licitação para a contratação de empresa/entidade para prestação de assistência técnica e social permanente para apoio a produção e a gestão do assentamento, assim como acompanhamento a execução as ações e projetos previstos no programa. Esse momento foi de

muita importância na vida das famílias assentadas, pois a assistência técnica estava previsto a sua contratação para uma vigência de 03 anos. Neste processo aconteceram duas repetições para sua conclusão, quando no terceiro certame, finalmente, foi selecionada a entidade. Em setembro de 2006, houve a contratação da assistência técnica.

Na trajetória da execução do programa no assentamento, desde sua implantação em dezembro de 2005, durante o ano de 2006, em que houve as contratações da empresa para construção da escola e da assistência técnica, tiveram algumas mudanças, significativas ou não, haja vista que durante esse período não foram realizadas as ações previstas para serem implementadas no assentamento, conforme Plano de Trabalho.

Em maio do ano de 2007, conforme previsto, foi realizada licitação para contratação de empresa/entidade para construção de 63 cisternas de placas de 16.000 litros no assentamento. Após a repetição da publicação do edital, no segundo certame foi selecionada, para surpresa, a empresa L4. O Planejamento previa a construção de 01 cisterna por unidade familiar, com contrapartida da família em regime de mutirão. Em razão de todo esse processo de reorganização interna do PAC/INCRA, até o presente momento não foi autorizado a contratação da referida empresa para executar a obra.

Em setembro, a superintendência do INCRA/RN junto à coordenação do PAC, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do programa nos assentamentos do Rio Grande do Norte, recomendaram as associações, a suspensão dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica e social permanente dos assentamentos contemplados com o programa, em função de atraso do pagamento pelos serviços prestados, superior ao prazo de noventa dias, além de organização dos processos de prestação de contas e atraso nas licitações dos recursos financeiros disponibilizados para as ações do programa. Essa recomendação foi no sentido de reorganizar os processos que estavam emperrados, outros em atraso, dentro dos setores internos do INCRA, além de recomendações e orientações do TCU. Todo esse trâmite

ocasionou atraso no repasse de recursos financeiros a conta da associação para posterior pagamento referente aos contratos de assistência técnica, considerando que esses recursos são solicitados mensalmente, isso provocou atraso nos pagamentos dos serviços de assistência técnica, uma vês que, os recursos destinados para este fim, em rubrica própria, já havia se esgotado. Acatada a recomendação, frente à situação em questão, a associação não teve alternativa, senão, formular aditivo de suspensão dos serviços pelo prazo de 90 dias.

A confirmação dos dados coletados e a organização das informações apontavam para afirmação das informações acerca das mudanças na qualidade de vida das famílias assentadas, a partir da concepção institucional de consolidação, emancipação e auto-suficiência do programa para ser executado em 03 (três) anos no assentamento Chico Mendes. Vale ressaltar que diante da concepção de independência e autonomia do programa, em relação às famílias beneficiadas, ao assentamento e continuidade de um processo de desenvolvimento sustentável, refletindo sobre as reais condições de instabilidade da execução das políticas públicas no país, consideramos relevantes e pertinentes a investigação sobre a problemática acerca das dificuldades e potencialidades do programa em quase 02 (dois) anos de execução.

Neste sentido, tomamos como base para sustentação dos argumentos para justificar esta pesquisa, experiências do programa em outros assentamentos no Rio Grande do Norte, inclusive, também no Território Mato Grande. Neste caso específico, citamos o Assentamento Brinco de Ouro, que encerrou o prazo de conclusão dos 03 anos de sua execução, entretanto, não aconteceu à consolidação prevista. Este acontecimento gerou uma preocupação geral, não somente para as famílias beneficiadas dos outros assentamentos, mas também para o próprio INCRA. As informações acerca do assentamento Brinco de Ouro, teve sua afirmação em relato feito pelas famílias beneficiárias do referido assentamento, isto

também foi relatado pelas famílias do Assentamento Chico Mendes, uma vez que, os 02 (dois) assentamento são próximos um do outro.

Para conformar as informações acerca dessas mudanças, foram realizadas entrevistas que aconteceram dois momentos: o primeiro, foi identificado que o entendimento acerca do conceito de consolidação e emancipação do programa não existia uma clareza na sua definição, e que para a maioria dos/as entrevistados/as não souberam definir conceitualmente a consolidação e emancipação proposto na concepção do programa. Isso ficou identificado nas falas de alguns/mas entrevistados/as quando questionamos sobre o entendimento sobre o programa. Para alguns o programa é mais a execução de uma política pública do governo de atendimento aos assentamentos rurais. Entretanto podemos perceber que existe uma leve noção de conhecimento do programa a partir da participação nas reuniões que antecederam sua implantação no assentamento, na realização e afirmação do diagnóstico, nas reuniões com a equipe técnica do PAC/INCRA, além de outras.

### **Do Programa**

Durante as entrevistas, seguindo o roteiro das questões, procedemos o dialogo sobre o entendimento do programa. Tivemos algumas falas a respeito que segue: “o programa vem pra desenvolver o assentamento; ter mais estrutura; fonte de renda”; *“O programa vem pra desenvolver o assentamento. Ajudar pra que as famílias tenham condições de viver mais dignamente. Produzir pra que elas possam vender, comercializar, encontrar facilidades para o comércio”*. Neste sentido podemos perceber que o entendimento acerca da finalidade do programa está relacionado ao desenvolvimento do assentamento, das famílias, da produção, da comercialização dos produtos da agricultura.

### **Das expectativas**

Dentro dessa discussão, surgiram naturalmente algumas expectativas do programa e como elas foram frustradas diante das problemáticas que surgiram no processo de execução

*“Quando a gente chegava em casa e contava pra família, a família ficava animada: durante três anos; agora todo mundo tá desanimado”; “Quando eu ia pra uma reunião, quando voltava pra casa e dizia: agora a coisa vai”. Neste sentido, percebemos que a linguagem utilizada pra expressar as expectativas é algumas vezes positiva, quando da implantação, e negativa, em função dos problemas que ocasionaram o desânimo e a descrença no programa.*

### **Da Consolidação**

No que se refere à consolidação do assentamento, foram feitas algumas reflexões sobre consolidação, que conseqüentemente foi associada à concepção de consolidação, proposto pelo programa. Neste sentido, registramos algumas observações feitas pelo/as entrevistados/as: *“Em três anos não se conclui, talvez em cinco ou seis anos”; “Fazer com que ele cresça, o assentamento. Tá sendo muito difícil, é muito burocrático”; “Depende o interesse da comunidade”. “Isso aí também é uma coisa que depende da comunidade, não só o programa, não é só a equipe técnica, depende da comunidade, então, se a comunidade não tiver interesse, nem equipe técnica, nem o projeto, nem ninguém...”*; *“Mesmo que o programa tivesse acontecido no tempo certo, isso não teria acontecido por que nós temos uma região de solo muito fértil e não temos água. Dependemos das chuvas, temos invernos inconstantes, não temos como crescer”. “Então, por mais que seja autônomo, dentro do seu lote, com o solo que nos temos, com as chuvas variadas, com as condições climáticas que nós temos, como é que nós vamos produzir, se não temos água? Para nós termos uma vida evoluída, para que nós cresça, é preciso que o programa... como é que nós vamos ter agricultores autônomos com uma variação climática que nós temos”. “Da forma como ele foi elaborado, planejado, ele não vai consolidar nenhum assentamento na região do Mato Grande. Pode ser que em outras regiões, com outras realidades, isso venha a acontecer, mas aqui na região que eu conheço, da forma que ele foi elaborado, jamais ele vai consolidar nada. Mesmo que todas as obras que foram programadas para serem construídas aqui dentro*

*do assentamento, será que ao concluir essas obras, nós assentados teríamos condições de ter 2 (dois) salários mínimos mensalmente?”. “Eu não consigo ver. Tirar até 2 (dois) salários mínimos da agricultura, depois, durante o projeto, eu não consigo ver”. “Se nós temos a casa do caju, só tem caju quando tem inverno, então como vamos ter consolidação? Nós só temos frutas por época”. “Se nós tivéssemos irrigação, nós teríamos todo tipo de fruta. Se tivéssemos uma produção pelas chuvas, não vamos ter nem 100 reais por mês”. “O Chico Mendes pode não ser dotado de união, mas é dotado de homens trabalhadores”.*

### **Da Emancipação**

*“É independente, mas acho que vai demorar”. “Acho que não vai ter como fazer, por que o INCRA tá trabalhando é pra deixar agente sem o programa. Se tem o programa, se o programa tá escrito que tem assistência técnica e o INCRA corta, como é que vai ser. Se tivesse a assistência técnica durante os 03 anos, que é pra quando terminar o programa, aí se nós tivesse andando com as próprias pernas, como tá escrito que era pra ser, nós tava bom”. “Lá em brindo de ouro, na parte da produção não aconteceu. Pelo menos não vejo ninguém produzindo não. Lá é muito ruim de produzir, isso dificulta a consolidação do assentamento”. “Independente do INCRA e do governo federal. As pessoas não vão estar preparadas. Elas tem que se preparar pra não depender do INCRA, tem que haver uma preparação. Eu acho que ela não vai ficar concluída. Eu acho que não vai focar concluída por que a área rural depende muito do inverno, irrigação para que os produtores não dependam só da chuva, se não houver isso, vai ficar difícil”*

A partir dessas reflexões, observamos que existe uma polêmica acerca da consolidação do assentamento dentro da proposta do programa. Isso se deve a diversos fatores condicionantes enumerados nas falas dos/as entrevistados/as. Entretanto, nossa pesquisa tem o enfoque de identificar o entendimento acerca da consolidação e, diante do exposto, as impressões desse entendimento é que foram muitas as expectativas sobre o programa que iria

consolidar e emancipar o assentamento, foram considerados apenas os benefícios, as obras, os equipamentos, os serviços a serem executados, sem haver a preocupação da preparação e formação do capital social e humano para gerenciar a execução, como também da continuidade com a conclusão do programa. Segundo as regras do programa, em 3 (três) anos o programa será concluído, como também a consolidação e emancipação do assentamento. Neste sentido é necessário potencializar o assentamento para gerenciar os empreendimentos sociais, produtivos, capazes de darem respostas aos investimentos realizados. Cabe ainda observar que, existe uma série de percalços a serem superados no processo, isso provocou muitas limitações para o cumprimento efetivo e o sucesso da aplicação do programa, somente uma investigação, avaliação, revisão e um novo planejamento mais profundo sobre esses entraves para melhorar, futuramente à realização plena, enquanto proposta de consolidação e emancipação.

Durante a discussão das questões na entrevista que envolveram a problemática da pesquisa, foram identificadas fragilidades e potencialidades que provocaram os impactos e mudanças, durante a execução do programa, no que se refere às condições na qualidade de vida das famílias assentadas e do assentamento em geral.

### **Das potencialidades do Programa**

Neste sentido, foram identificados como potencialidades a contratação da assistência técnica para prestação de serviços para o assentamento pelo período de 3 (três) anos. Isso foi possível observar pelas impressões confirmadas na entrevista: *“A gente vai lá em Natal pegar um papel lá no INCRA, uma declaração, e muitas vezes a gente não tá com o dinheiro e a gente pedia a vocês e vocês trazia. Uma reunião num sindicato em Touros, agente num podendo ir, vocês ia resolver pra gente, então melhorou bastante, e nós estamos esperando melhorar mais, correr atrás de projetos a fundo perdido. Ia melhorar mais pra gente, vocês procurando coisas pra melhorar a qualidade de vida da gente”*. *“Tinha uma*

*melhoria por que tinha a assistência técnica". "A equipe técnica com a questão dos bancos, a equipe ajudou bastante. A permanência da equipe técnica é muito importante".*

No que se refere às potencialidades, também foi identificado à construção da escola: *"Mudou, por exemplo o colégio foi muito bom, pelo menos aquela história dos filhos estarem espalhados pra um canto e pra outro, e que ficando lá, no colégio, melhora bastante". "O que tem de positivo é só o colégio, os outros estão parados"; "Na educação das crianças sim, tem o colégio aí pras crianças estudar".*

### **Das fragilidades do Programa**

Como fragilidade, foi identificado o atraso nos repasses dos recursos financeiros que estavam programados e não foram realizado, isso consequentemente ocasionou um prejuízo para a realização plena do programa, tendo em vista que existe um planejamento e uma previsão para a conclusão do mesmo.

No planejamento dos projetos propostos para o assentamento, prevê o atendimento de contrapartida através dos recursos do PRONAF-C/BNB/FNE. No entanto, ressalta-se que a referida contrapartida deve ser de responsabilidade da conveniente (Associação do Assentamento Chico Mendes) ou da interveniente (Prefeitura Municipal de Touros/RN) e não a depender de outras entidades não participantes do convênio, o que pode acarretar na não realização da contrapartida. De modo que, também não consta qualquer documento no processo, garantindo ou se responsabilizando pela contrapartida.

Existe uma carência das condições de abastecimento e armazenamento d'água no assentamento, tendo a água como um bem precioso e essencial para a qualidade de vida da população. Para isso, seria necessário revisar/readequar os projetos a serem implementados para este fim, uma vez que, as condições de água, tanto para o consumo humano, para higiene e limpeza pessoal como para as atividades ligadas a agricultura, é imprópria. O trabalho na

agricultura depende, única e exclusivamente das chuvas irregulares e periódicas, condicionando a geração de trabalho e renda da produção da agricultura.

No desenvolvimento das atividades previstas, a equipe de assistência técnica e social deverá executar as ações previstas do PCA Chico Mendes, de acordo com o cronograma estabelecido e com o regulamento operativo, de forma a atuar no assentamento em benefício das famílias assentadas, em sintonia com os planos municipais e ou regionais de desenvolvimento e as diretrizes do Programa. Com a recomendação de suspensão dos contratos de prestação de serviços da equipe de assistência técnica e social, pelo INCRA, gerou uma insatisfação no assentamento de modo a prejudicar o andamento das ações do programa: *“Quando da execução do programa tinha os técnicos pra dar assistência”*. *“Agora sem assistência técnica, acho que vai para. Que o INCRA sozinho pra dar conta daqui e das outras 9 comunidades, não vai dar não”*. *“O programa ficou prejudicado com a suspensão da assistência técnica”*. *“Tinha uma melhoria por que tinha a assistência técnica”*. *“A permanência da equipe técnica lá é muito importante”*.

O assentamento Chico Mendes, por está situado na zona rural, a maior geração de trabalho e renda está ligada à agricultura. O Programa é considerado uma potencialidade por ter em sua proposta de desenvolvimento uma oferta de obras e serviços a serem realizados no assentamento. Entretanto, é percebido uma carência de projetos de viabilidade econômica de apoio e incentivo a agricultura, para proporcionar e alavancar iniciativas de geração de trabalho e renda. É sabido que, isso está implícito em algumas outras ações e atividades, principalmente no que se refere ao trabalho da assistência técnica e social, mas que não abrange o processo de desenvolvimento num todo. Frente a isso, numa análise do programa, poderá prejudicar o sucesso e êxito, assim como a tão sonhada consolidação e emancipação.

O programa proporciona um desenvolvimento para o assentamento, para isto serão necessárias revisões e avaliações periódicas no processo de acompanhamento e

monitoramento das ações e compreender que a realidade é dinâmica, que a conjuntura e o mundo estão sempre em processo de construção. Sendo assim, o modelo que foi proposto está associado a realidade do período de sua idealização, que o planejamento para o assentamento foi baseado num dado momento da história da comunidade. Isso implica em refletir sobre uma outra realidade que precisa de mudanças, de aproveitar as oportunidades para readequar as viabilidades do programa para atender as reais necessidades atuais da população do assentamento, aproveitando as informações disponíveis, aperfeiçoando os projetos em todas as dimensões para melhorar a vida das pessoas.

Após a reflexão sobre a análise dos resultados, foram identificados os impactos na efetivação do programa no assentamento, que implica na sua realização plena. A partir desse cenário se obteve os subsídios para a elaboração das considerações finais.

## **Considerações Finais**

### **O problema abordado**

Analisar as mudanças nas condições da qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo PAC no assentamento Chico Mendes a partir da proposta de consolidação e emancipação, foi o objeto deste trabalho, visando identificar as dificuldades e potencialidades do mesmo.

A idéia deste trabalho surgiu como base para sustentação dos argumentos para justificar esta pesquisa. Experiências do programa em outros assentamentos no Rio Grande do Norte, inclusive, no Território Mato Grande. Este acontecimento gerou uma preocupação, não somente para as famílias beneficiadas dos outros assentamentos, mas também para o INCRA.

O problema estava instalado no descompasso da execução das metas, ocasionado pelo atraso dos repasses dos recursos financeiros para gerenciamento pela associação, conseqüentemente dificultando e atrasando os processos de licitação das obras, serviços e equipamentos previstos para serem realizados. Outro problema estava na conjuntura da dinâmica sobre a realidade do assentamento, uma vez que, o diagnóstico realizado anterior à implantação do programa, não mais respondia as perspectivas apontadas para a dinamização e desenvolvimento do assentamento *“Uma fragilidade foi os projetos feitos por uma empresa de São Paulo ou Rio, e que não tinham o conhecimento da realidade. Ganharam a licitação, contrataram uma empresa daqui pra fazer o diagnóstico e depois fizeram os projetos sem nunca terem vindos aqui”*. Para refletir sobre essa problemática, era necessário conhecer a proposta do programa e confrontar com a realidade vivenciada da comunidade.

### **Contribuições**

As principais contribuições deste trabalho estão nos resultados da análise e disponibilidade de um retrato sobre os impactos e mudanças de uma realidade na aplicação de uma experiência-piloto, executada no sentido de consolidar e emancipar assentamentos rurais

resultantes da reforma agrária; na reflexão dessa realidade para a estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais do Brasil; e na sugestão de alternativas para mudar o cenário sobre uma nova realidade a partir da dinâmica de uma conjuntura atual.

### **Cenário Futuro**

A visão de futuro, no horizonte do 3º ano de implantação do plano – PCA, presume-se que as atividades produtivas dos diferentes sistemas estejam em plena produção, com as lavouras plantadas em toda a extensão programada – alcançando-se com sucesso os novos patamares de produtividade projetadas, revelando um adequado grau de aproveitamento pelos/as assentados/as dos programas de capacitação e da orientação da assistência técnica.

Nesse estágio, a organização dos/as assentados/as deverá estar funcionando em plenitude e integralmente dentro do modelo de gestão definido e implantado, com os correspondentes grupos temáticos operando com elevado desempenho, em especial os encarregados das estratégias de comercialização e de gestão ambiental.

Nessa fase, os fluxos de caixa do conjunto dos sistemas de produção deverão estar gerando saldos positivos, em condição de proporcionar aos produtores o financiamento de safras dos anos subseqüentes sem necessitar de recorrer novamente a linhas de crédito do sistema financeiro.

Para tanto, a estratégia prospectiva de execução do plano prevê, como marco inicial de sua implantação, a formalização do contrato e o início dos trabalhos da assistência técnica e da capacitação, bem como a liberação de créditos para a produção, considerando fundamental a concentração, no primeiro ano, dos investimentos nas obras de infra-estrutura econômica e social e, destacadamente, a correção de solos, para que o processo de construção auto-sustentada do desenvolvimento do assentamento possa usufruir esses benefícios, em tempo hábil, como mola propulsora de acionamento do conjunto das atividades do plano, desde o primeiro ano e nos 02 (dois) anos subseqüentes. Pelas mesmas razões, a montagem

completa do modelo de gestão proposto deverá ser implantada desde o início, como pré-requisito de êxito a se alcançar no conjunto das ações e projetos a desencadear, cujo detalhamento encontra-se exposto nos tópicos subseqüentes de apresentação dos programas, assim como nas seções de Detalhamento dos Projetos e na documentação dos Projetos Básicos.

Atualmente, o PAC possui mais de 30 servidores no seu quadro funcional, distribuídos em oito Superintendências Regionais (RS, PR, MG, MS, MT, SE, RN e MA) e na sede do Incra, em Brasília. O programa atua em 76 assentamentos com um público de cerca de 10 mil famílias.

No Rio Grande do Sul é desenvolvido de forma experimental um Plano de Desenvolvimento Territorial, que articulará demandas e esforços correspondentes a assentamentos geograficamente próximos. Trata-se de um Plano de Consolidação Regional, que engloba 54 assentamentos e 1.748 famílias assentadas. A intenção é dinamizar as regiões próximas aos assentamentos, interligando-os a partir de projetos comuns, para que sejam ampliados os resultados previstos nas metas atualmente estabelecidas. Existe ainda um PAC Regional em elaboração no Mato Grosso.

### **Considerações finais**

O resultado deste trabalho tem a intenção de buscar uma reflexão sobre as condições da qualidade de vida de famílias assentadas a partir da execução de ações e projetos do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC. Notadamente, essa pesquisa identificou fragilidades e potencialidades presentes na execução do programa, paralelamente aos impactos e mudanças ocasionados com a realização do mesmo.

Percebeu-se que o programa é um instrumento de desenvolvimento, desde que no seu planejamento tenha uma flexibilidade voltada para a liberação de recursos, dos certames

acerca das licitações, no empenho do trabalho da equipe técnica, tendo em vista toda uma complexidade de uma realidade a ser trabalhada aliada à dinâmica de vida das famílias assentadas.

Desde sua implantação em dezembro de 2005, havia um planejamento de ações e projetos a serem executados dentro de um cronograma. Isso provocou uma série de expectativas nos/as beneficiários/as, uma vez que, no universo de aproximadamente 300 assentamentos rurais no Rio Grande do Norte, onde 11 foram selecionados para a implantação do Programa, dentre estes inseriram o Assentamento Chico Mendes colocando-o numa condição de destaque “*quem não gostaria de ter um programa desses no assentamento*”.

Atualmente, a situação do assentamento está dividida entre melhorias e benfeitorias e as dificuldades e problemas que surgiram em decorrência dos atrasos na execução do programa. O que se percebe é que, na condição que o programa se encontra, com os atrasos nos repasses dos recursos financeiros; parte dos recursos repassados à conta da associação (sem movimentação); as licitações para as obras, serviços e equipamentos paralisadas; o contrato de assistência técnica e social suspenso; isso tem re-significado as expectativas das famílias assentadas que, tinha-se a previsão de estarem muito avançados no processo de execução do Programa, uma vez que, este iria trazer benefícios para todos/as, mesmo com as implicações que tem acontecido, o programa ainda tem uma proposta de desenvolvimento.

Não sabemos quais as futuras providências a serem tomadas em relação à sua execução, mas da forma como está sendo realizado, isso acarretará no comprometimento da missão do Programa, da consolidação e emancipação, conseqüentemente, também na vida das 63 famílias.

Ressaltamos que, em dezembro de 2007, o programa completa 02 (dois) anos de implantação e execução. Na avaliação dos/as assentados/as e da equipe técnica, as

dificuldades e fragilidades anteriormente citadas têm prejudicado o programa, o assentamento, conseqüentemente a vida das famílias, considerando as expectativas em relação às ações e projetos previstos a serem executados, compreendendo este período de 02 (dois) anos de existência.

Próximo ao Assentamento Chico Mendes, há diversos outros Assentamentos administrados pelo INCRA, inclusive o Assentamento Brinco de Ouro, também beneficiado com o Programa de Consolidação e Emancipação, que representa um potencial de congregação de esforços para o bem comum na execução de programas, projetos e ações que podem ser complementados e contribuirá sobremaneira para que os resultados propostos neste Programa sejam alcançados em curto espaço de tempo. Para tanto, é necessário que se tenha uma visão estratégica para que se contribuam e favoreçam um grande intercâmbio entre estes.

O fato é que, têm sido feito um esforço enorme de todos/as envolvidos no sentido de contribuir para alcançar os objetivos propostos pelo Programa. O sucesso deste está intrinsecamente ligado à cooperação mútua, uma vez que está na dependência de várias instâncias; ao fortalecimento dos atores envolvidos, sejam as institucionalidades, os/as técnicos/as, os/as beneficiários, enfim, de todo um arsenal favorável à construção da ação coletiva em prol do desenvolvimento sustentável do local, fazendo do nosso lugar, o melhor lugar para se viver.

<sup>1</sup> São 19 (dezenove) os municípios que integram e conformam o território do Litoral Norte, que compreendem: Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Norte, Fernando Pedroza, Galinhos, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Lajes, Parazinho, Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Avelino, Poço Branco, Pureza, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros, conforme pode ser vislumbrado no mapa - Divisão do Estado por Zonas Homogêneas. Três municípios podem ser destacados pelas suas funções polarizadoras como centros comerciais e de prestação de serviços: João Câmara, Touros e Lajes, todos com estratégica localização.

<sup>2</sup> As formas de entrevistas mais utilizadas são: a entrevista estruturada, semi-estruturada, aberta, entrevista com grupos focais, história de vida e também a entrevista projetiva. A entrevista projetiva é aquela em que são utilizadas técnicas visuais, isto é, a utilização de recursos visuais onde o entrevistador pode mostrar: cartões, fotos, filmes, etc ao informante; História de vida (HV) é aquela na qual o pesquisador constantemente interage com o informante. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações; As entrevistas com grupos focais é aquela em que uma técnica de coleta de dados é o objetivo principal para estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum, ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema; As entrevistas estruturadas são aquelas realizadas mediante questionário estruturado, ou seja, onde as perguntas são formuladas; A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões mais precisas de conceitos.

<sup>3</sup> Os caminhos do desenvolvimento seriam seis, a saber: Satisfação das necessidades básicas; Solidariedade com as gerações futuras; Participação da população envolvida; Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; Elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e Programas de educação.

<sup>4</sup> Segundo o Relatório "Brundtland", uma série de medidas providenciais devem ser tomadas para implementação de um programa adequado que garanta o mínimo de um DS para o planeta, são elas a saber: a) Limitação do crescimento populacional; b) Garantia de alimentação a longo prazo; c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) Aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) Controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; e g) As necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: a) As organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de DS; b) A comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; c) Guerras devem ser banidas; e d) A ONU deve implantar um programa de DS.

<sup>5</sup> A Agenda 21 transformou-se num importante documento, tendo como objetivos: 1º Promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam as necessidades básicas da humanidade; e 2º Desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da fome de se implementar padrões de consumo mais sustentáveis.

<sup>6</sup> O efeito estufa é causado pelo aquecimento da Terra, ou seja, é a elevação da temperatura terrestre em virtude da presença de certos gases na atmosfera. Esses gases permitem que a luz solar atinja a superfície terrestre, mas bloqueia e enviam de volta parte da radiação infravermelha (calor) irradiada pela Terra. As principais conseqüências seriam: a alteração das paisagens vegetais, que caracterizam as diferentes regiões terrestres, e o derretimento das massas de gelo, provocando a elevação do nível do mar e o desaparecimento de inúmeras cidades e regiões litorâneas.

<sup>7</sup> Nessa nova perspectiva da ruralidade, tem sido exigida cada vez mais a participação das mulheres e dos jovens, nas atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural, fruto de uma conquista deles próprios. As mudanças no contexto da dinâmica rural, as inovações tecnológicas causaram uma repercussão no trabalho, com o incremento da concentração de renda, promovendo maiores dificuldades do acesso aos recursos físicos e materiais do povo rural, e isso tem sido as motrizes dessa exigência, promovendo novos papéis da mulher e dos jovens nas sociedades rurais. Além dessas mudanças, um fato também fundamenta foi o surgimento desses novos papéis: a capacidade demonstrada pelos jovens e pelas mulheres, no exercício das atividades agrícolas e não-agrícolas, antes assumidas exclusivamente pelos homens. A discriminação dos jovens e das mulheres no processo produtivo tem sido apontada, não como um dos fatores de responsabilidade pela má qualidade de vida das populações pobres no rural.

Historicamente, a mulher sempre participou ativamente dos processos produtivos, porém nunca lhe foi confiado o direito de assumir isso publicamente. Ela foi discriminada a partir das instituições de desenvolvimento: dos bancos em relação aos créditos, de proprietária da terra, de assistência técnica, de capacitação, permitindo que o seu trabalho apareça apenas como a mulher do trabalhador, e não como trabalhadora rural.

Outro aspecto importante que tenta explicar essa discriminação é a multiplicidade das atividades que as mulheres realizavam, assim como a representação dos jovens, apenas como um potencial do futuro. Hoje, tem havido uma reorientação no trabalho do jovem e da mulher, no sentido de uma maior participação política, social e econômica nos espaços públicos de debate em nível local, regional nacional, o que reforça a idéia de que toda a estratégia de desenvolvimento deve considerar o papel da mulher e da juventude rural.

<sup>8</sup> No Nordeste brasileiro, assim como em outras regiões, apresenta suas próprias peculiaridades e diversidades. Ocupa aproximadamente 18% do território nacional (1,5 milhões de km<sup>2</sup>) e concentra cerca de 30% da população total do país. Apresenta-se também como uma região com grandes problemas sociais e econômicos, tais como: pobreza, secas, elevadas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, fome, miséria, subnutrição e desnutrição, baixos salários, grande concentração de renda e de terra. Dados demonstram que 5% das maiores fazendas ocupam 70% do território nacional, enquanto 50% das fazendas menores não chegam a ultrapassar os 2% de todas as terras agrícolas. No que concerne a característica natural é marcado por acentuados contrastes, por exemplo, litoral úmido e interior seco (semi-árido).

A desertificação é um dos mais graves problemas da região. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, aproximadamente 181.000 km<sup>2</sup> da região vem sendo seriamente afetada. As condições ambientais adversas do semi-árido, aliada a falta de trabalho e a pobreza propiciam o desmatamento, a prática de irrigação inadequada, queimadas, acelera o ritmo da degradação do solo, dos recursos hídricos e da qualidade de vida da população, culminando no processo de desertificação, já atingindo mais de 55% do território semi-árido nordestino.

<sup>9</sup> O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte tem como objetivos: Geral: promover o desenvolvimento sustentável dessa Zona Homogênea, no sentido de regular o crescimento econômico regional, melhorar as condições na qualidade de vida da população, formar e capacitar a mão-de-obra regional e preservar o meio ambiente. Específicos: Promover a melhoria das condições na qualidade de vida da população por meio de sua inserção na esfera econômica, através das iniciativas e da ampliação da oferta de serviços sociais básicos; Melhorar a formação e a qualificação da população para desenvolver seu potencial criativo visando aumentar a produtividade; Incentivar e dinamizar as atividades produtivas regionais com vistas a ampliar as oportunidades de ocupação, trabalho, geração e renda e elevar os níveis gerais de renda; Promover o desenvolvimento ambiental sustentável, estimulando iniciativas que conservem, preservem e recuperem o meio ambiente regional; Aperfeiçoar o aparato político-institucional municipal e a sua articulação com as demais esferas instituições que atuam na região; e Dinamizar as relações Estado-Sociedade de forma a fortalecer a cidadania.

Os Eixos Estratégicos: Representam o conjunto das ações que devem ser adotadas com a finalidade de transformar a realidade, além de proporcionar a viabilidade dos objetivos anteriormente explicitados. São os seguintes os eixos estratégicos: Reestruturação e Diversificação da Base Produtiva Regional; Desenvolvimento da Educação, Profissionalização e Tecnologia; Reestruturação das Instituições Públicas e Democratização das relações Estado X Sociedade; Ampliação da Oferta, Gestão integrada dos Recursos Hídricos e Ambientais; e Melhoria da Qualidade de Vida e Inclusão Social.

<sup>10</sup> Na perspectiva da estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais, o conceito adotado define o território como sendo: um espaço físico, definido geograficamente, contínuo, compreendendo a cidade e o campo, superando a relação dicotômica de rural e urbano, para articulação e execução de políticas públicas, considerando os aspectos do meio ambiente, do desenvolvimento econômico, da equidade social, da política e das instituições. Nesse enfoque, entendemos o desenvolvimento como um processo que envolve múltiplas dimensões:

Dimensão econômica: visa articular os recursos necessários para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos;

Dimensão sócio-cultural: visa promover maior equidade social, tendo como referencia a historia, os valores e a cultura, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações do território;

Dimensão político-institucional: promoção de novas institucionalidades que articulem políticas públicas para os territórios, valorizando o exercício da cidadania;

Dimensão ambiental: promoção de ações voltadas para a compreensão, conservação e preservação dos recursos naturais, assegurando suas disponibilidades para as gerações futuras.